

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 CORE/BA

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO REGIONAL DA BAHIA



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

**Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional da Bahia**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Março/2010

**Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional da Bahia**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº. 100/2009 e da Portaria TCU nº. 389/2009.

Salvador, 31/03/2010

Março/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

COREGE - Colegiado Regional de Gestão

AIS - Agente Indígena de Saúde

AISAN - Agente Indígena de Saneamento

CASAN - Censo Sanitário

CGPLA - Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação

CGU – Controladoria-Geral da União

COREBA - Coordenação Regional da Bahia

CV - Convênio

DENSP -Departamento de Engenharia de Saúde Pública

DESAI - Departamento de Saúde Indígena

DIESP - Divisão de Engenharia de Saúde Pública

DN – Decisão Normativa

DSEI - Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena

EMDSI - Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

IAPI - Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas

IN – Instrução Normativa

MS - Ministério da Saúde

MSD - Melhorias Sanitárias Domiciliares

PAC - Plano de Aceleração do Crescimento

PO - Plano Operacional

PPA - Plano Plurianual

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Título

Quadro I – Identificação da Coordenação Regional da Bahia no Relatório de Gestão Individual.

Quadro II - Situação das Obras de Sistema de Abastecimento de Água nas Aldeias Indígenas, PAC, COREBA, 2009.

Quadro III - Situação das Obras de Melhoria Sanitária Domiciliar nas Aldeias Indígenas, PAC, COREBA, 2009.

Quadro IV - Características do Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto, COREBA 2009.

Quadro V - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), COREBA, 2009.

Quadro VI - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), COREBA, 2009.

Quadro VII - Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano, COREBA, 2009

Quadro VIII - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos COREBA, 2009.

Quadro IX - Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental, COREBA 2009.

Quadro X - Características do Programa 1287, Saneamento Rural, COREBA, 2009.

Quadro XI - Características da Ação 3921, Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas, COREBA, 2009.

Quadro XII - Características da Ação 7656, Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para prevenção e controle de agravos, COREBA, 2009.

Quadro XIII - Características da Ação 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos, COREBA, 2009.

Quadro XIV - Características do Programa 8007, Resíduos Sólidos Urbanos, COREBA, 2009.

Quadro XV - Características da Ação 10GG, Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive RIDE, COREBA, 2009.

Quadro XVI - Características do Programa 0150, Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, COREBA,

SUMÁRIO

Apresentação

1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

2. Objetivo e Metas Institucionais e/ou Programáticas

2. 1. Responsabilidades Institucionais

2. 1. 1. Competência

2. 1. 2. Objetivos Estratégicos

2.2. Estratégias de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais:

2.2. 1. Análise do Plano Estratégico:

2.2. 2. Plano de Ação

2.3. Programas e Ações sob a Responsabilidade da COREBA

2.3. 1. Relação dos Programas e suas Principais Ações:

2.3. 2. Áreas Responsáveis pela Condução dos Programas e Ações:

2.3. 3. Considerações sobre o Atingimento das Metas Físicas e Financeiras.

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.2. Execução Orçamentária

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

2.4.4. Indicadores de Desempenho

3. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos

4. Inscrições de Restos A Pagar No Exercício E Os Saldos de Restos A Pagar de Exercícios Anteriores

5. Providências Adotadas para dar Cumprimento às Determinações e Recomendações do TCU

6. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados No Exercício

Introdução

Este Relatório de Gestão tem o objetivo de apresentar o desempenho da Coordenação Regional da Bahia no exercício de 2009. O referido documento foi elaborado seguindo, principalmente, a Decisão Normativa nº 100/2009 do Tribunal de Contas da União, além de outros ditames legais.

Itens da Norma, DN TCU nº. 100/2009 que não se aplicam à realidade da Unidade:

Identificação da Coordenação Regional da Bahia no Relatório de Gestão Individual, não se aplica:

- Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada
- Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada
- Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Programação das Despesas Correntes

Programação das Despesas de Capital

Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Reconhecimento de Passivos Por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Informações sobre Transferências

Previdência Complementar Patrocinada

Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados Com Recursos Externos

Renúncias Tributárias e

Operações de Fundos

Quadros da Norma, DN TCU nº. 100/2009 que foram substituídos:

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - o layout foi substituído

Despesas por Modalidade de Contratação foi substituído por Quadro - Empenhos, por Modalidade de Licitação, Liquidados, COREBA, 2008 e 2009.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa substituído o layout por Movimentação Orçamentária, por Grupo de Despesa e Elemento de Despesa, e Restos a Pagar não Processados, COREBA, 2008.

Principais Realizações da Gestão no Exercício:

Inauguração da nova sede do Pólo Base Indígena, iniciativa que vai beneficiar aproximadamente 13 mil indígenas da etnia Pataxó, distribuídos em 23 aldeias nos municípios de Santa Cruz de Cabrália, Itamarajú, Prado e Belmonte.

Com estrutura de 1.700m², o Pólo Base Indígena terá um laboratório de controle da qualidade de água, salas para técnicos de saneamento, uma recepção, espaço para reuniões, armazenagem e distribuição de medicamentos, plataforma de elevação para portadores de necessidades especiais e um auditório com 56 lugares.

Planos e projetos concretos para o exercício seguinte.

Está previsto para 2010, a construção do laboratório de análise de água, em Juazeiro, para atender a um futuro consórcio público e apoiar o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Já existe uma área de 5.000m² definida, que abrigará no mesmo espaço, o laboratório e o consórcio. O investimento é de R\$ 2,5 milhões da Funasa com contrapartida de R\$ 250 mil do Governo da Bahia. O laboratório executará as análises das águas a serem ofertadas às populações e permitirá controlar os efluentes a serem descartados.

A implantação do laboratório regional de controle da qualidade da água visa, entre outras coisas, a promoção da saúde e bem-estar das populações. São oito municípios participantes do consórcio público da região da chapada norte e Juazeiro: Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho. Além desses, serão beneficiados cerca de 480 mil habitantes.

1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I – Identificação da Coordenação Regional da Bahia no Relatório de Gestão Individual.

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Fundação Nacional de Saúde/ Presidência			Código SIORG: 2207
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: DIRETORIA REGIONAL DA BAHIA			
Denominação abreviada: COREBA			
Código SIORG: 2207	Código LOA: 36211	Código SIAFI: FUNASA (255005)	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: FUNDAÇÃO			
Principal Atividade:			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	(71) 32414991	(71) 32414992	(71)32666103
Endereço eletrônico: coreba.gab@funasa.gov.br			
Página da Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Rua do Tesouro 21/23 edifício Ministério da Saúde, Bairro da Ajuda, Salvador – BA, CEP: 40.020-050.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Fundação Nacional de Saúde foi criada com base na disposição do art.14. da Lei nº8.029 de 12 de abril de 1990.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
O Decreto nº100 de 16 de abril de 1991, em conformidade com o Decreto nº. 4.727 de 09 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 10 de junho de 2003. Portaria nº. 1.776 de 08 de setembro de 2003 que aprovou o regimento interno da FUNASA, com publicação no Diário Oficial da União de 09 de setembro de 2003, o qual estabelece as competências das diversas unidades organizacionais, alterada temporariamente pela portaria nº. 780, publicado no BS nº. 21 FUNASA, de 26 de maio de 2006, alterada pela portaria nº. 1.810 GM/MS, publicada no Diário Oficial da União de 04 de agosto de 2006, Seção I, p.52, alterada pela portaria nº. 2.467 GM/MS, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2006, Seção I, p.57. Portaria nº. 148 de 16 de fevereiro de 2006, que cria o Serviço de Modernização e Informática, SEMIN, na Coordenação Regional. Portaria nº. 92 de 25 de março de 2004 que cria o Núcleo de Assistência Integral à Saúde do Servidor, NAIS, Portaria nº. 017 de 20 de janeiro de 2006, que cria o Núcleo de Convênios, NUCONV e Portaria nº. 018 de 25 de janeiro de 2006, que cria o Núcleo de Informação e Análise da Situação de Saúde, NIASS, na Coordenação Regional.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
255005		36211	

2. Objetivo e Metas Institucionais e/ou Programáticas

2. 1. Responsabilidades Institucionais

É necessário apresentar o contexto da administração pública brasileira em que foi criada a Fundação Nacional de Saúde, FUNASA, para situar as responsabilidades da Coordenação Regional da Bahia, COREBA, frente à implementação das Políticas Públicas.

Na segunda metade do século XX, emerge a Administração Pública Gerencial, e a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações.

O Governo Collor formula a reforma administrativa com um viés acentuadamente econômico, pois a crise econômica e o cenário internacional influenciam a condução da reforma. Sua motivação reside na necessidade de saneamento das contas do governo e de controle do déficit público, como condição de entrada de investimentos estrangeiros, da retomada do desenvolvimento econômico e de uma inserção mais competitiva na nova ordem internacional.

No governo Collor inexistia um plano formal para a reforma, a redução do aparelho do Estado deu-se através da demissão de servidores e extinção de órgãos, sem assegurar a legalidade das medidas adotadas, através da reforma constitucional. As ações do governo estavam sustentadas sob a filosofia da “moralização do serviço público” e “caça aos marajás”, vez que os servidores públicos eram considerados como sendo a causa de todos os males que assolava o país.

Neste cenário é criada a Fundação Nacional de Saúde, FUNASA, fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde, com base na disposição do art.14. da Lei nº8.029 de 12 de abril de 1990, que naquela ocasião tinha a finalidade de prevenir e controlar doenças e outros agravos à saúde; assegurar a saúde dos povos indígenas e fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças.

A FUNASA foi criada a partir do exclusivo, debate político e com um baixo grau de consenso social. O corpo funcional de instituições que foram extintas passou a compor uma única instituição, em que as atribuições pregressas permaneceram as mesmas, o que gerou uma ausência de integração plena entre os servidores e em alguns momentos até mesmo a competitividade.

A partir de 1995 passa a ser desenvolvida uma nova política de Estado. A reforma do aparelho do Estado e dos servidores tem como base o ajuste fiscal. O objetivo geral da reforma administrativa era de transitar de uma administração pública burocrática para a gerencial.

Período em que a FUNASA inicia a transferência de sua responsabilidade de execução das suas ações de saúde e o controle de agravos para os municípios, com a cessão de servidores para a implementação do SUS e a cessão dos bens móveis e imóveis ligados a estas ações, através do termo de comodato.

Um dos aspectos que merece destaque é que nesta ocasião parcela significativa do seu capital humano passa a desenvolver as suas atividades laborativas no Estado e/ou Municípios. A intenção destas medidas era de atender dispositivos da carta magna e oferecer ao cidadão um serviço público efetivamente mais barato, melhor controlado e com qualidade superior.

Em 2003 foi montada uma proposta com base no desenvolvimento sustentável, na democracia e na redistribuição da riqueza e o planejamento figura entre uma das áreas mais importantes do governo. Um dos desafios do Modelo de Gestão é “implementar uma nova gestão pública, ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão”, com o objetivo de implantar um Estado promotor do desenvolvimento com inclusão social, o que requer transformações significativas nas instituições públicas, principalmente nas do Poder Executivo Federal, com políticas ativas de modernização institucional.

Neste cenário a FUNASA tem a Missão de: “Realizar ações de saneamento ambiental em todos os municípios brasileiros e de atenção integral à saúde indígena, promovendo a saúde pública e a inclusão social, com excelência de gestão, em consonância com o SUS e com as metas de desenvolvimento do milênio”.

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas vem sendo implementada pela FUNASA, a qual tem a responsabilidade de coordenar, normatizar e executar as ações de atenção à saúde dos povos indígenas em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde, SUS, e as peculiaridades etnoculturais.

A atuação da FUNASA envolve a promoção de ações de saneamento ambiental em municípios de até 50 mil habitantes (Plano de Aceleração do Crescimento, PAC FUNASA) e áreas especiais, indígenas e quilombolas, cujos indicadores de saúde apresentem índices de doenças causadas pela falta e/ou inadequação de saneamento, visando promover a saúde pública e a inclusão social.

A COREBA tem contribuído de forma significativa para o alcance dos objetivos de governo, vez que tem buscado a parceria, qualidade nos seus processos de trabalho e otimização dos recursos disponíveis, além de pautar a sua atuação nos princípios gerais da administração pública: legalidade; impessoalidade; moralidade; publicidade e eficiência.

Entretanto, tem que destacar que a transição do Estado regulador para o Estado promotor do desenvolvimento com inclusão social está associada a uma gama de transformações, que caracterizam um novo paradigma tecno-econômico, o que

requer um novo modelo organizacional e uma nova forma de gerenciamento das instituições públicas.

2. 1. 1.Competência:

A Missão Institucional da Fundação Nacional de Saúde compreende duas vertentes principais: Saneamento Ambiental e Atenção Integral à Saúde Indígena.

Na estrutura da FUNASA, compete ao Departamento de Saúde Indígena, DESAI, planejar, promover e coordenar o desenvolvimento das ações integrais de atenção à saúde indígena, o que vem sendo realizado por meio da rede descentralizada dos Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena, DSEI.

Ao DSEI compete:

- assegurar às comunidades indígena assistência integral à saúde;
- executar as ações de encaminhamento e remoção de pacientes, durante o período de tratamento médico;
- elaborar proposta do Plano Anual de Atividades de Saúde Indígena, em articulação com o Conselho Distrital de Saúde Indígena e
- copordenar, controlar, supervisionar e avaliar a execução das ações previstas no Plano de Saúde Distrital.

O Distrito Sanitário Especial Indígena é conceituado *“como um modelo de organização de serviços – orientado para um espaço etno-cultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado, que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias e desenvolvendo atividades administrativo-gerenciais necessárias à prestação da assistência, com controle social”* (Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas)

O Distrito Sanitário está organizado a partir de *“uma rede de serviços de atenção básica de saúde dentro das áreas indígenas, integradas e hierarquizadas com complexidade crescente e articuladas com a rede do SUS”* (Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas)

É de competência da FUNASA garantir a assistência à saúde dos povos indígenas nos níveis de atenção básica, média e de alta complexidade, em articulação com o SUS, conforme a necessidade destas populações.

A Coordenação Regional possui 01(um) DSEI, cuja sede está localizada em Salvador e a população indígena encontra-se distribuída nos seus 06 (seis) pólos base, abrangendo 24 (vinte e quatro) municípios e 67 (setenta e sete) aldeias com uma população de 25.279 (vinte e cinco mil e duzentos e setenta e nove) índios.

Na área de circunscrição do DSEI-Bahia existem 28 (vinte e oito) postos de saúde, 9 (nove) pontos de apoio, os quais tem a função de garantir a logística necessária ao pleno funcionamento da prestação de serviço (deslocamento de veículos, encaminhamento para referência municipal de média complexidade, dentre outros).

Os pólos base são as instâncias de atendimento mais próximas às comunidades e a maioria dos agravos à saúde é solucionado neste nível. Servem, também, como referência para as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMDSI), que realizam ações e procedimentos da atenção básica. Os programas de saúde desenvolvidos são os preconizados pelo Ministério da Saúde: saúde da mulher, criança, vigilância nutricional, doenças imunopreveníveis, tuberculose e saúde bucal.

Os profissionais que constituem a EMDSI são contratados pelo município, através do Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas – IAPI, que são transferidos pela Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS) para o município, fundo a fundo. Durante o ano de 2009 foram contratadas 19 (dezenove) EMDSI pelos municípios: Abaré, Banzaê, Belmonte, Camacan, Camamu, Euclides da Cunha, Glória, Ibotirama, Ilhéus, Itajú do Colônia, Itamarajú, Muquém São Francisco, Pau Brasil, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália.

As aldeias contam com Agente Indígena de Saúde, AIS, e Agente Indígena de Saneamento, AISAN, os quais possuem as suas atividades vinculadas a um posto de saúde e normalmente, são indicados pelas lideranças indígenas (caciques).

Os Ais e Aisan, que, com os demais membros das equipes multidisciplinares, são os responsáveis por realizar a atenção básica nas aldeias.

Os pólos base absorvem as demandas de média complexidade de forma bastante heterogênea pela insuficiência ou inexistência de serviços na rede SUS, demandando, às vezes, a compra de serviços particulares, para consultas especializadas, exames complementares, próteses e órtese.

A atenção secundária e terciária é realizada numa rede de hospitais referenciados (nível municipal, estadual ou regional) ou conveniados com o SUS. A terceira referência é em Salvador, através do Hospital São Rafael.

O acesso aos serviços de maior complexidade ocorre por meio do mecanismo de referência, que se dá através do agendamento e encaminhamento dos pacientes, para os serviços especializados da rede do SUS ou de forma complementar a rede privada e também aos estabelecimentos incentivados pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde - MS/SAS para o atendimento ambulatorial de diagnóstico e internamento da população.

Quanto aos cuidados de urgência/emergência, a falta de meios de comunicação das comunidades com a sede dos Pólos Base têm dificultado uma maior agilidade no transporte dos pacientes para os serviços que realizam esse tipo de atendimento.

Com vistas a otimizar a assistência à saúde integral dos povos indígenas é utilizado o Sistema de Informações de Saúde Indígena, SIASI, visando, sobretudo, fornecer dados para o planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das ações de saúde desenvolvidas no seu âmbito de atuação.

Na prática o SIASI não vem sendo utilizado como uma ferramenta estratégica de planejamento nem de gestão, pois o desenho do referido sistema não permite a emissão de relatório com a consolidação dos dados. Assim, os dados, parciais, de cada Pólo-Base são enviados diretamente pelo respectivo, ao DESAI/Presidência, o que compromete, significativamente, a tomada de decisão e análise gerencial.

Na tentativa de facilitar o acesso às informações são utilizados alguns formulários, a nível regional para facilitar a disponibilidade da informação no dia-a-dia contudo, não atende às necessidades, além de representar duplicidade de informação.

O SIASI, nos Pólos Base, é alimentado por servidores com baixa qualificação na área de saúde gerando equívocos no preenchimento, e os técnicos das EMDSI não possuem a atribuição de realizar o acompanhamento e a crítica dos relatórios gerados.

As ações de atenção integral à saúde dos povos indígenas levadas a efeito têm por estratégia o fortalecimento da capacidade institucional nesse campo, tendo por objetivo consolidar o controle social através do Subsistema e o alcance de indicadores de saúde no mínimo compatíveis com os da população não indígena, que são de responsabilidade do Distrito Sanitário Especial Indígena, DSEI.

As ações de saúde ambiental são coordenadas pelo Departamento de Engenharia de Saúde Pública, Densp, e executadas pelas Divisões de Engenharia de Saúde Pública, Diesp, das Coordenações Regionais.

A DIESP atua no âmbito do Estado da Bahia apoiando técnica e/ou financeiramente o desenvolvimento de ações de saneamento nos municípios, a partir de critérios epidemiológicos e ambientais em saúde, com vistas ao financiamento das obras que contribuam para impactar os indicadores de saúde, como: prevalência e incidência da esquistossomose, dengue, febre tifóide, doença de chagas, mortalidade proporcional por diarreia em menores de um ano. Essas obras estão contempladas nos Programas de Governo: Serviços Urbanos de Água e Esgoto, Resíduos Sólidos Urbanos e Saneamento Rural.

A DIESP compete:

- coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de Engenharia de Saúde Pública, no âmbito da Coordenação Regional;
- prestar apoio técnico a programas e ações de saneamento desenvolvidas por órgãos federais, estaduais e municipais;
- propor estudos e pesquisas tecnológicas na área de saneamento;
- analisar projetos de saneamento e edificações destinadas à área de saúde;
- acompanhar e supervisionar convênios realizados com transferência de recursos da FUNASA;
- executar as ações de saneamento e edificações em áreas indígenas;
- coordenar, acompanhar e prestar suporte técnico na operação e manutenção de sistemas de saneamento em áreas indígenas;
- elaborar projetos de estruturas e instalações relativos a obras em edificações sob responsabilidade da FUNASA, bem como acompanhar sua execução.

A sua atuação abrange a população exposta a agravos relacionados à falta ou inadequação de saneamento ambiental contemplando comunidades rurais, centros urbanos, aldeias indígenas, áreas especiais como comunidades remanescentes de quilombos, bem como áreas de relevante interesse epidemiológico.

Desta forma, as atividades desenvolvidas pela DIESP estão inseridas basicamente nas seguintes áreas de atuação: convênios de cooperação técnica e/ou financeira e saneamento indígena.

Para as comunidades especiais e municípios contemplados com recursos do Orçamento Geral da União ou de Emendas Parlamentares, as ações de saneamento são realizadas através de celebração de convênios entre a FUNASA e as

Prefeituras Municipais. Neste caso, cabe a DIESP orientar, analisar, aprovar projetos técnicos e acompanhar a execução das obras decorrentes da celebração de tais convênios. Os convênios celebrados contemplam as ações de: Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água; Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário; Construção de Melhorias Sanitárias Domiciliares; Melhorias Habitacionais (reforma e construção de unidades habitacionais) para o Controle da Doença de Chagas e Controle de Resíduos Sólidos.

Uma vez celebrados Convênios com os municípios cabe também a DIESP o acompanhamento das execuções das obras referentes aos projetos aprovados de forma a garantir que os recursos liberados para financiamento da ação objeto de cada convênio tenha sua aplicação regular. No processo de acompanhamento da execução das obras são realizadas visitas técnicas para emissão de relatório de execução de obras e ainda pareceres técnicos parciais e finais que subsidiarão a área de convênios da FUNASA quanto à pertinência de liberação de novas parcelas dos recursos previstos em cada convênio. Ainda como visita às obras de convênios, vale citar as relativas a Prestações de Contas, Tomadas de Contas Especiais e as para atendimento de diligências da Auditoria da Presidência da FUNASA.

Para avaliação das prestações de contas finais pela equipe de convênios da FUNASA a DIESP emite pareceres técnicos finais sobre a execução das obras, do objeto de cada convênio. Nestes pareceres são evidenciados os índices de execução das obras, o que leva à aprovação ou impugnação das prestações de contas do conveniente. Estes índices retratam também o alcance social das ações implementadas mediante a celebração dos convênios.

Para as comunidades indígenas, cuja execução das ações de saúde e saneamento é atribuição da FUNASA por determinação do Governo Federal, cabe a DIESP a elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização da execução de obras, coordenação das atividades de operação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, monitoramento do controle da qualidade da água distribuída nas aldeias, formação de Agentes Indígenas de Saneamento, AISAN's, e ainda a supervisão das ações dos mesmos em suas respectivas aldeias.

Na perspectiva desta diretriz a DIESP realiza ações que visam equipar cada aldeia indígena com sistemas de abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e construção de melhorias sanitárias domiciliares de forma a minimizar e ou solucionar os problemas de saúde decorrentes da falta de saneamento básico.

Os serviços de manutenção dos sistemas de abastecimento de água das aldeias indígenas até agosto de 2006 eram realizados diretamente pela equipe da DIESP, através de concessão de suprimento de fundos para contratação de mão de obra e aquisição de peças de reposição necessárias à recuperação de cada sistema. Tal procedimento tornava-se dispendioso, pouco eficiente e com elevado grau de riscos de acidentes de trabalho para os servidores e AISAN's tendo em vista o desconhecimento técnico específico para grande parte dos problemas a serem resolvidos e ainda pela falta de equipamentos específicos para realização destes serviços especializados. Tais problemas foram equacionados com a contratação, a partir daquele ano, de empresa especializada em prestação de serviços eletromecânicos e hidráulicos e que tem por atribuição realizar as manutenções preventivas e corretivas dos sistemas de abastecimento de água das aldeias, o que tem contribuído para a redução do índice de ocorrências de defeitos nos sistemas por falta de manutenção adequada.

Como apoio ao desenvolvimento das suas atividades, a DIESP utiliza os seguintes sistemas de informática: SISCON, SIGESAN e SISABI.

O SISCON, Sistema de Convênios, é responsável pelo fluxo de pleitos de prefeituras municipais, governo estadual e de organizações não governamentais visando à celebração de convênios com a FUNASA, na área de saneamento. O sistema é composto por dois módulos, sendo o 1º módulo de acesso aberto às entidades interessadas, permitindo que seus usuários cadastrem a proposta técnica de convenio. A transmissão da proposta para a presidência da FUNASA é realizada via Internet, sendo emitido comprovante de envio com numero de controle. O 2º modulo é de utilização exclusiva dos técnicos da FUNASA e se destina ao enquadramento, análise e processamento do projeto, com fins de celebração do convenio. O fluxo do sistema no 2º módulo passa por 18 etapas, de competência das áreas técnicas da Coordenação Regional (fases 2,3,4 e 5) e Presidência (fases 1 e 6 até 18). O sistema trabalha no modo “on-line”

O Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento, SIGESAN, é responsável pela consolidação dos dados de acompanhamento de obras de saneamento, particularmente daquelas realizadas mediante celebração de convenio. O sistema é de acesso exclusivo aos servidores da FUNASA responsáveis pelo acompanhamento e emissão de pareceres técnicos de obras, basicamente os mesmo cadastrados no SISCON. O sistema trabalha nos modos “off-line” (lançamento de dados) e “on-line” (transmissão final dos dados).

A consolidação das informações de saneamento das aldeias indígenas é realizada, através do Sistema de Informação de Saneamento em Áreas Indígenas, SISABI, o qual é composto pelos módulos: CASAN; Censo Sanitário e Caderno do AISAN. O módulo CASAN tem como objetivo o cadastramento das obras de saneamento e edificações em áreas indígenas. O Caderno do AISAN registra todas as atividades realizadas diariamente pelo AISAN. No Censo Sanitário são registradas informações de aldeias e bairros indígenas, relativas ao: saneamento, condições de saúde da população, estabelecimentos assistenciais de saúde, fontes de energia, acessibilidade, sustentabilidade, costumes, religião, etc. Os dados populacionais relativos ao Censo Sanitário estão vinculados ao SIASI. Os relatórios gerenciais disponibilizados pelo SISABI subsidiam a DIESP no planejamento das ações em áreas indígenas.

A COREBA possui uma Divisão de Recursos Humanos, que tem como função primordial planejar, coordenar e orientar as atividades inerentes à gestão de recursos humanos, em harmonia com as diretrizes emanadas da unidade central da FUNASA.

A responsabilidade de planejar, coordenar e executar as atividades das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos e estratégicos é da Divisão de Administração.

Além destas atribuições a COREBA deve ainda desenvolver as seguintes atividades:

I - executar o planejamento de ações, planos e programas de trabalho;

II - promover, supervisionar e apoiar as ações relativas a:

- a) assistência à saúde das populações indígenas;
- b) engenharia de saúde pública; e
- c) educação em saúde e comunicação social;

III - acompanhar os processos de natureza jurídica na área de jurisdição da Coordenação Regional;

IV - executar as atividades relativas ao desenvolvimento institucional, organização, qualidade, normatização e racionalização de instrumentos, métodos e procedimentos de trabalho;

V - executar as atividades relativas à utilização e manutenção dos recursos de informação e informática; e

VI - elaborar relatórios gerenciais e operacionais sobre as atividades desenvolvidas pela Coordenação Regional.

2. 1. 2.Objetivos Estratégicos

A elaboração do Plano Operacional, PO, 2009 da COREBA teve como base os objetivos estratégicos:

- Promover a atenção integral à saúde dos povos indígenas, respeitando as especificidades etnoculturais e geográficas, atuando intersetorialmente com outras instâncias de governo e no âmbito do SUS;
- Reduzir os indicadores de morbimortalidade das populações indígenas;
- Assegurar modelo de gestão e execução que garanta a excelência na atenção à saúde indígena, contemplando as especificidades locais;
- Fomentar e implementar ações de saneamento ambiental para prevenção e controle de doenças em populações vulneráveis, nas comunidades indígenas e nos municípios de até 50 mil habitantes, prioritariamente;
- Fomentar ações de engenharia de saúde pública para prevenção e controle de doenças;
- Fomentar ações de monitoramento e de controle da qualidade da água para consumo humano;
- Avançar no processo de integração com outras instâncias do governo e da sociedade civil potencializando suas ações, garantindo a participação popular, o controle social e a consolidação do SUS, com a participação ativa nos órgãos de controle social e
- Implementar plano de capacitação da FUNASA.

2.2. Estratégias de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais:

Uma das estratégias utilizadas é o Colegiado Regional de Gestão, COREGE, o qual tem o objetivo de implementar e assessorar a execução, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos, em consonância com a Missão Institucional e Políticas Públicas. O referido Colegiado é constituído pelos dirigentes das divisões e assessorias diretamente subordinadas ao Coordenador Regional. Dentre as suas atribuições destaca-se: análise e aprovação do plano anual de

trabalho; dos relatórios de acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos, além da definição do cronograma das atividades a serem desenvolvidas e as respectivas unidades organizacionais responsáveis pela operacionalização dos mesmos.

É assegurado também um espaço de discussão e pactuação permanente, com os gerentes intermediários, a fim de promover o gerenciamento participativo e democrático, a pactuação e a responsabilização pelas decisões tomadas.

Diante deste panorama, constata-se que a Coordenação tem envidado esforços no sentido de colaborar com a execução das políticas públicas de Governo e para alcançar os resultados desejados adota princípios básicos da gestão participativa.

2.2. 1. Análise do Plano Estratégico:

O Plano Plurianual, PPA, 2008 – 2011 é o instrumento que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para o quadriênio. A partir dos objetivos estratégicos do PPA, que estão sob a responsabilidade do Ministério da Saúde foram definidas as Metas Prioritárias a serem alcançadas pela FUNASA visando, em última instância, o cumprimento das Políticas Públicas assumidas pelo Governo perante o cidadão.

Neste contexto, a Presidência da FUNASA definiu um Plano Operacional 2009, PO, o qual serviu de subsídio para a elaboração do PO da Coordenação Regional. Assim, o PO da COREBA foi elaborado conforme as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, DEPIN, através da sua Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação, CGPLA, da Presidência da FUNASA, o qual representa um instrumento de gestão.

Desta forma, a COREBA, a partir das metas estabelecidas pela Presidência/FUNASA definiu as metas a serem alcançadas, em 2009, com vistas a colaborar com o alcance das metas a nível nacional. Esta definição, pela Regional, foi precedida de uma análise sobre a viabilidade e a capacidade de execução, levando-se em consideração a realidade regional, os recursos disponíveis, sejam humanos, materiais, orçamentários, financeiros e outros que independentemente da natureza, poderiam comprometer o desempenho das ações planejadas.

A seguir, será apresentada, por Programa, a análise das atividades desenvolvidas, os resultados alcançados, dificuldades e facilidades na execução das Ações programadas.

Programa 0122: Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Ação 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE):

Atividades Desenvolvidas:

- Ingresso de 40(quarenta) Projetos de Convênio referente ao orçamento de 2007 a 2009, com formalização no SISCON, detalhados abaixo:
 - 1) Projeto de Água na Escola em Água Fria / CERB (CV_0830/07) recebido e formalizado no SISCON em 03.02.2009;
 - 2) Projeto de Água na Escola em Coaraci / CERB (CV_0841/07) recebido e formalizado no SISCON em 03.02.2009;
 - 3) Projeto de Água na Escola em Itacaré / CERB (CV_0855/07) recebido e formalizado no SISCON em 03.02.2009;
 - 4) Projeto de Água na Escola em Ubatã / CERB (CV_0880/07) recebido e formalizado no SISCON em 03.02.2009;
 - 5) Projeto de Água na Escola em Alcobaça / CERB (CV_0833/07) recebido e formalizado no SISCON em 06.02.2009;
 - 6) Projeto de Água na Escola em Alagoinhas / CERB (CV_0832/07) recebido e formalizado no SISCON em 09.02.2009;
 - 7) Projeto de Água na Escola em Uruçuca / CERB (CV_0882/07) recebido e formalizado no SISCON em 11.02.2009;
 - 8) Projeto de Água na Escola em Itapebi / CERB (CV_0858/07) recebido e formalizado no SISCON em 12.02.2009;
 - 9) Projeto de Água na Escola em São José da Vitória / CERB (CV_0874/07) recebido e formalizado no SISCON em 12.02.2009;
 - 10) Projeto de Água na Escola em Apuarema / CERB (CV_0835/07) recebido e formalizado no SISCON em 19.02.2009;
 - 11) Projeto de Água na Escola em Ibirapitanga / CERB (CV_0848/07) recebido e formalizado no SISCON em 19.02.2009;
 - 12) Projeto de Água na Escola em Muquém do São Francisco / CERB (CV_0870/07) recebido e formalizado no SISCON em 27.02.2009;
 - 13) Projeto de Água na Escola em Serrolândia / CERB (CV_0877/07) recebido e formalizado no SISCON em 27.02.2009;

- 14) Projeto de Água na Escola em Saúde / CERB (CV_0875/07) recebido e formalizado no SISCON em 27.02.2009;
- 15) Projeto de Água na Escola em Inhambupe / CERB (CV_0850/07) recebido e formalizado no SISCON em 05.03.2009;
- 16) Projeto de Água na Escola em Ibicaraí / CERB (CV_0847/07) recebido e formalizado no SISCON em 05.03.2009;
- 17) Projeto de Água na Escola em Jucuruçú / CERB (CV_0863/07) recebido e formalizado no SISCON em 09.03.2009;
- 18) Projeto de Água na Escola em Itiúba / CERB (CV_0861/07) recebido e formalizado no SISCON em 10.03.2009;
- 19) Projeto de Água na Escola em Acajutiba / CERB (CV_0829/07) recebido e formalizado no SISCON em 11.03.2009;
- 20) Projeto de Pindobaçú (CV_0398/08) recebido e formalizado no SISCON em 11.03.2009;
- 21) Projeto de Valente (CV_0505/07) recebido e formalizado no SISCON em 19.03.2009;
- 22) Projeto em Áreas de Assentamento em Barra / SEMA (CV_2065/08) recebido e formalizado no SISCON em 20.03.2009;
- 23) Projeto em Áreas de Assentamento em Morpará / SEMA (CV_2070/08) recebido e formalizado no SISCON em 23.03.2009;
- 24) Projeto em Áreas de Assentamento em Bom Jesus da Lapa / SEMA (CV_2067/08) recebido e formalizado no SISCON em 23.03.2009;
- 25) Projeto em Áreas de Assentamento em Carinhanha / SEMA (CV_2069/08) recebido e formalizado no SISCON em 23.03.2009;
- 26) Projeto em Áreas de Assentamento em Paratinga / SEMA (CV_2072/08) recebido e formalizado no SISCON em 23.03.2009;
- 27) Projeto em Áreas de Assentamento em Muquém do São Francisco / SEMA (CV_2071/08) recebido e formalizado no SISCON em 23.03.2009;
- 28) Projeto de Presidente Tancredo Neves (CV_0452/08) recebido e formalizado no SISCON em 15.04.2009;
- 29) Projeto de Apuarema / SEDUR (CV_0059/09) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 13.08.2009;
- 30) Projeto de Aurelino Leal / SEDUR (CV_0186/09) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 13.08.2009;
- 31) Projeto de Itanagra / SEDUR (CV_0195/09) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 01.09.2009;

- 32) Projeto de Lajedão / SEDUR (CV_0196/09) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 01.09.2009;
- 33) Projeto de Santa Terezinha / SEDUR (CV_0199/09) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 01.09.2009;
- 34) Projeto de Morpará / SEDUR (CV_2009) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 02.09.2009;
- 35) Projeto de Santa Brígida / SEDUR (CV_0198/09) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 03.09.2009;
- 36) Projeto de Utinga / SEDUR (CV_0201/09) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 14.09.2009;
- 37) Projeto de Maracás / SEDUR (CV_0259/09) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 22.09.2009;
- 38) Projeto de Ibitiara / SEDUR (CV_0250/09) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 22.09.2009;
- 39) Projeto de Maragogipe (CV_0934/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 06.11.2009;
- 40) Projeto de Lafaiete Coutinho / SEDUR (CV_0621/09) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 22.12.2009.

- Realização de pré-análise dos 40 (quarenta) projetos técnicos de engenharia que foram formalizados no SISCON;
- Encaminhamento à Presidência 40 (quarenta) pré-análise dos processos de projetos técnicos de engenharia, que foram formalizados no SISCON;
- Definição de técnicos analistas para 40 (quarenta) Projetos de Convênio;
- Análise de 40 (quarenta) Projetos de Convênio que foram formalizados no SISCON;
- Realização de visitas técnicas preliminares em 40 (quarenta) Projetos de Convênio que foram formalizados no SISCON;
- Aprovação técnica de 05 (cinco) Projetos de Convênio que foram formalizados no SISCON, detalhados abaixo:

- 1) Projeto de Maetinga / SEDUR (CV_0918/08) analisado e aprovado no SISCON em 24.08.2009;
- 2) Projeto de Lapão (CV_0006/07) analisado e aprovado no SISCON, registrado em 28.10.2009;

- 3) Processo de Barra do Mendes - Água na Escola (CV_1690/06) analisado e aprovado em 02.10.2009;
- 4) Processo de Barra do Mendes - Água na Escola (CV_1688/06) analisado e aprovado em 08.10.2009;
- 5) Processo de Itaguaçu da Bahia (CV_0418/06) analisado e aprovado em 16.12.2009.
 - Aprovação gerencial dos 05 (cinco) Projetos de Convênio que foram aprovados tecnicamente;
 - Encaminhamento a Presidência dos 05 (cinco) Projetos de Convênio que obtiveram aprovação técnica e gerencial;
 - Realização de 20 (vinte) visitas de acompanhamento da execução da obra:
 - 1 e 2) Visitas Intermediárias e pareceres técnicos parciais relativas ao processo de Mansidão (CV_0732/04), registradas em 15.01.2009;
 - 3 e 4) Visitas Intermediárias (2) e parecer técnico parcial relativas ao processo de Igaporã (CV_0166/03), registradas em 23.01.2009;
 - 5) Visita Intermediária e parecer técnico parcial relativa ao processo de Antônio Cardoso (CV_2520/05), registrada em 16.02.2009;
 - 6) Visita Intermediária relativa ao processo de Lapão (CV_1693/06), registrada em 18.05.2009;
 - 7) Visita Intermediária relativa ao processo de Lapão (CV_1694/06), registrada em 18.05.2009;
 - 8 e 9) Visitas Intermediárias (2) relativas ao processo de Lapão (CV_1695/06), registradas em 18.05.2009;
 - 10) Visita Intermediária e parecer técnico parcial relativa ao processo de Livramento de Nossa Senhora (CV_2524/05), registrada em 20.07.2009;
 - 11 e 12) Visitas Intermediárias e pareceres técnicos parciais relativas ao processo de Mortugaba (CV_0423/06), registradas em 14.10.2009;
 - 13 e 14) Visitas Intermediárias (2) de Ibicuí / SEINFRA / CERB (CV_0067/01) registrado em 21.01.2009;
 - 15) Visita Intermediária de Nova Canaã / SEINFRA / CERB (CV_0067/01) registrado em 02.02.2009;
 - 16) Visita Intermediária de Canápolis (CV_0817/02), registrada em 29.07.2009;
 - 17 a 19) Visitas Intermediárias (3) de Coribe (CV_0793/02), registradas em 06.08.2009;
 - 20) Visita Intermediária de Iguai / SEINFRA / CERB (CV_0067/01), registrado em 10.11.2009.

- Realização de 16 (dezesesseis) visitas finais com a emissão de 16 (dezesesseis) pareceres finais de obra dos convênios:

- 1) Visita e Parecer Técnico Final de Mansidão (CV_0732/04), registrada em 15.01.2009;
- 2) Visita e Parecer Técnico Final de Jandaíra (CV_2062/05), registrada em 21.05.2009;
- 3) Visita e Parecer Técnico Final de Mortugaba (CV_0423/06), registrada em 14.10.2009;
- 4) Visita e Parecer Técnico Final de Ipirá (CV_0415/06), registrado em 20.10.2009;
- 5) Visita e Parecer Técnico Final de Ibicuí / SEINFRA / CERB (CV_0067/01) registrado em 21.01.2009;
- 6) Visita e Parecer Técnico Final de Nova Canaã / SEINFRA / CERB (CV_0067/01) registrado em 02.02.2009;
- 7) Nova Visita e Novo Parecer Técnico Final de Itiruçu (CV_2059/99) registrado em 05.02.2009;
- 8) Nova Visita e Novo Parecer Técnico Final de Santa Rita de Cássia (CV_1431/01) registrado em 20.03.2009;
- 9) Visita com Parecer Técnico Final de Canápolis (CV_0817/02), registrada em 29.07.2009;
- 10) Nova Visita e Novo Parecer Técnico Final de Jandaíra (CV_2864/01) registrado em 05.08.2009;
- 11) Nova Visita e Novo Parecer Técnico Final de Potiraguá (CV_3644/01), registrado em 13.10.2009;
- 12) Nova Visita e Novo Parecer Técnico Final de Jandaíra (CV_3697/01), registrado em 16.10.2009;
- 13) Visita com Parecer Técnico Final de Iguai / SEINFRA / CERB (CV_0067/01), registrado em 10.11.2009;
- 14) Visita com Parecer Técnico Final de Itagibá / SEINFRA / CERB (CV_0067/01), registrado em 01.12.2009;
- 15) Nova Visita e Novo Parecer Técnico Final de Mairi (CV_0610/01), registrado em 10.12.2009;
- 16) Visita com Parecer Técnico Final de São Félix (CV_1248/01), registrado em 10.12.2009.

Resultados Alcançados:

Foram concluídas as seguintes obras:

- 1) Projeto de Mansidão (CV_0732/04) com 100% de execução física, mas sem funcionalidade (Alcance Social 0,00%), deixando de beneficiar 3.476 habitantes (695 famílias);
- 2) Projeto de Ibicuí / SEINFRA / CERB (CV_0067/01) com 60% de execução física, mas sem funcionalidade (Alcance Social 0,00%), deixando de beneficiar 2.477 habitantes (495 famílias);
- 3) Projeto de Nova Canaã / SEINFRA / CERB (CV_0067/01) com 56,91% de execução física, mas sem funcionalidade (Alcance Social 0,00%), deixando de beneficiar 1.584 habitantes (316 famílias);
- 4) Projeto de Itiruçu (CV_2059/99) com 100,00% de execução, beneficiando 1.250 habitantes (250 famílias);
- 5) Projeto de Santa Rita de Cássia (CV_1431/01) com 98,59% de execução, beneficiando 11.696 habitantes (2.239 famílias);
- 6) Projeto de Jandaíra (CV_2062/05) com 43,01% de execução física, mas sem funcionalidade (Alcance Social 0,00%), deixando de beneficiar 530 habitantes (66 famílias);
- 7) Projeto de Canápolis (CV_0817/02) com 100,00% de execução, beneficiando 1.075 habitantes (215 famílias);
- 8) Projeto de Jandaíra (CV_2864/01) com 78,90% de execução física, mas sem alcance social, deixando de beneficiar 620 habitantes (124 famílias);
- 9) Projeto de Potiraguá (CV_3644/01) com 87,26% de execução física, mas sem alcance social, deixando de beneficiar 650 habitantes (130 famílias);
- 10) Projeto de Mortugaba (CV_0423/06) com 100,00% de execução, beneficiando 625 habitantes (125 famílias);
- 11) Projeto de Jandaíra (CV_3697/01) com 80,80% de execução física, mas sem alcance social, deixando de beneficiar 250 habitantes (50 famílias);
- 12) Projeto de Ipirá (CV_0415/06) com 100,00% de execução, beneficiando 1.740 habitantes (348 famílias);
- 13) Projeto de São Félix (CV_1248/01) com 89,74% de execução, beneficiando 410 habitantes (82 famílias);
- 14) Projeto de Iguai / SEINFRA / CERB (CV_0067/01) com 100,00% de execução, beneficiando 1.265 habitantes (253 famílias);

15) Projeto de Itagibá / SEINFRA / CERB (CV_0067/01) com 15,72% de execução física, mas sem alcance social, deixando de beneficiar 2.175 habitantes (435 famílias);
16) Projeto de Mairí (CV_0610/01) com 45,92% de execução. Parte do Convênio teve execução física integral, mas sem alcance social. Assim, não houve acréscimo na população a ser beneficiada em relação ao parecer anterior (94,73%).

É necessário diferenciar obra concluída, parcialmente concluída, paralisadas e sem alcance social:

As obras executadas integralmente, cujo objeto atinge 100,00% das metas estabelecidas no convênio e têm funcionalidade (estão beneficiando as comunidades a que se destinavam) são consideradas como *concluídas* e ditas como de 100,00% de alcance social. Em alguns casos, mesmo a obra sendo executada integralmente, durante a visita final não é constatada a sua funcionalidade, concorrendo para a rejeição da prestação de contas e inadimplência do convenente.

São ainda consideradas obras parcialmente executadas aquelas que não atingiram 100,00% da meta prevista, porém o sistema encontra-se com funcionalidade suficiente para atender parte da comunidade (*parcialmente concluídas*). Neste caso, obra parcialmente executada, ainda há a possibilidade do convenente retomar os trabalhos (após notificação da equipe de Prestação de Contas de Convênios ou Comissão de TCE) e sanar as pendências que impedem o alcance social, vindo então a beneficiar aquelas famílias.

Entretanto, aquelas obras executadas parcialmente e cujo convênio foi considerado encerrado (prazo de vigência expirada), mas que não estão funcionando adequadamente ou não beneficiam as comunidades a que se destinavam, são consideradas como *paralisadas e sem alcance social* (0,00%). Nesses casos é realizada a visita técnica final e emissão de parecer conclusivo sobre a obra, porém não a consideramos como concluída, vez que nenhuma família está sendo beneficiada.

Salienta-se que foram formalizados, analisados, acompanhados e emitido parecer técnico em 81(oitenta e um) convênios.

Fatores que Prejudicaram o Alcance dos Resultados:

- Baixa qualidade dos projetos apresentados pelos proponentes, o que compromete a qualidade dos diagnósticos e a velocidade na resolução das pendências, culminando com o atraso na execução das obras para beneficiar as populações;

- Dificuldade dos convenentes (Prefeituras Municipais e Governo do Estado) em obter licenças ambientais e documentação comprobatória de posse dos terrenos onde serão executadas as obras, a fim de permitir a aprovação técnica dos projetos;
- Quadro de engenheiros reforçado ao longo do exercício, porém sem condições até o momento de realizar cursos de nivelamento e capacitação, para atuação nas áreas específicas de acompanhamento de convênios de saneamento;
- Dificuldades logísticas relativas às longas distâncias entre os municípios a serem vistoriados, malha viária em condições precárias e disponibilidade irregular de veículos, motoristas e recursos para custeio das viagens.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Contratação de novos profissionais ao longo do exercício de 2009, que permitiu a melhor distribuição da carga de trabalho, desonerando os engenheiros do quadro permanente de novos processos, além de redistribuição de processos antigos;
- Apoio da Coordenação Regional e da Presidência da FUNASA, disponibilizando técnicos do Núcleo Central (DENSP) e mesmo de outras Coordenações Regionais (CORE-MG), para análise e parecer técnico de processos do PAC, priorizando assim a área de convênios.

Ação 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

Atividades Desenvolvidas:

- Ingresso de 15(quinze) projetos técnicos de convênio referente ao orçamento de 2006 a 2009, com formalização no SISCON, detalhados abaixo:
 - 1) Projeto de Andaraí / SEDUR (CV_0933/08) recebido e formalizado no SISCON em 05.03.2009;
 - 2) Projeto de Serrinha / SEDUR (CV_0597/07) recebido e formalizado no SISCON em 18.03.2009;
 - 3) Projeto de Itapicurú (CV_0403/08) recebido e formalizado no SISCON em 25.03.2009;
 - 4) Projeto de Lapão (CV_0191/08) recebido e formalizado no SISCON em 31.03.2009;

- 5) Projeto de Nova Viçosa / SEDUR (CV_0279/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 16.04.2009;
- 6) RTP de Abaré/Chorrochó / SEDUR (CV_0807/07) recebido e formalizado fora do SISCON, registrado em 29.04.2009;
- 7) Projeto de Milagres (CV_0404/08) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 05.05.2009;
- 8) Projeto de Gavião (CV_0437/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 15.05.2009;
- 9) Projeto de Sobradinho (CV_0207/09) recebido e formalizado no SISCON em 01.09.2009;
- 10) Projeto de Ruy Barbosa / SEDUR (CV_0208/09) recebido e formalizado no SISCON em 03.09.2009;
- 11) Projeto de Itaparica / SEDUR (CV_0205/09) recebido e formalizado no SISCON em 17.09.2009;
- 12) Projeto de Mascote / SEDUR (CV_0270/09) recebido e formalizado no SISCON em 21.09.2009;
- 13) Projeto de Itanagra / SEDUR (CV_0203/09) recebido e formalizado no SISCON em 23.09.2009;
- 14) Projeto de Itiruçu / SEDUR (CV_1693/08) recebido e formalizado no SISCON em 03.12.2009;
- 15) Processo de Ribeira do Pombal (CV_2635/06) formalizado e enviado para análise em 07.05.2009.

- Realização de pré-análise dos e 15(quinze) projetos técnicos de engenharia que foram formalizados no SISCON (relação acima) e 06 (seis) pleitos, orçamento de 2009, detalhados a seguir:

Pleitos com Pendências:

- 1) Caculé - não contém plano de trabalho;
- 2) Conceição do Jacuípe - não contém plano de trabalho;
- 3) Governador Mangabeira - não contém plano de trabalho;
- 4) Iará - não contém plano de trabalho, memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha (incompleta) e peças gráficas (incompleta).
- 5) Teofilândia - não contém plano de trabalho;
- 6) Valente - não contém plano de trabalho;

- Encaminhamento à Presidência 21 (vinte e uma) pré-análise dos pleitos e dos processos de projetos técnicos de engenharia, que foram formalizados no SISCON;

- Definição de técnicos analistas para 15 (quinze) Projetos de Convênio;
- Análise de 15 (quinze) Projetos de Convênio que foram formalizados no SISCON;
- Realização de visitas técnicas preliminares em 15 (quinze) Projetos de Convênio que foram formalizados no SISCON;
- Aprovação técnica de 07 (sete) Projetos de Convênio que foram formalizados no SISCON, detalhados abaixo:

- 1) RTP da SEDUR nos municípios de Abaré/Chorrochó/Curaçá (CV_0807/07) analisado e aprovado fora do SISCON, registrado em 16.10.2009;
- 2) Projeto de Lapão (CV_0191/08) analisado e aprovado no SISCON, registrado em 28.10.2009;
- 3) Projeto de Formosa do Rio Preto (CV_1330/07) analisado e aprovado no SISCON, registrado em 26.11.2009;
- 4) Processo de Formosa do Rio Preto (CV_2934/06) analisado e aprovado no SISCON em 05.06.2009;
- 5) Processo de Mortugaba (CV_0424/06) analisado e aprovado no SISCON em 02.10.2009;
- 6) Processo de Formosa do Rio Preto (CV_1545/05) analisado e aprovado no SISCON, registrado em 25.11.2009;
- 7) Processo de Formosa do Rio Preto (CV_0413/06) analisado e aprovado no SISCON, registrado em 26.11.2009.

- Aprovação gerencial dos 07 (sete) Projetos de Convênio que foram aprovados tecnicamente;
- Encaminhamento a Presidência dos 07 (sete) Projetos de Convênio que obtiveram aprovação técnica e gerencial;
- Realização de 05 (cinco) visitas de acompanhamento da execução da obra, detalhados abaixo:

- 1) Visita Intermediária e emissão de parecer técnico parcial relativo ao processo de Prado (CV_0028/04), registrada em 27.03.2009;
- 2 e 3) Visitas Intermediárias (2) e emissão de parecer técnico parcial relativo ao processo de Amélia Rodrigues (CV_0189/03), registradas em 06.11.2009;
- 4 e 5) Visitas Intermediárias (2) e emissão de parecer técnico parcial relativo ao processo de Biritinga (CV_0026/04), registradas em 29.12.2009;

- Realização de uma visita final com a emissão de parecer final da obra do convênio de Itiruçu (CV-0979/00) registrado em 02.02.2009.

Resultados Alcançados:

- Conclusão da obra do Projeto de Itiruçu (CV_0979/00) com nova avaliação (Parecer inicial de 100,00%) resultando em 94,40% de execução. População beneficiada reduzida de 2.000 para 1.888 habitantes (480 para 453 famílias) em relação ao parecer anterior e
- Formalização, análise, acompanhamento e emissão de parecer técnico em 28 (vinte e oito) convênios.

Fatores que Prejudicaram o Alcance dos Resultados:

- Baixa qualidade dos projetos apresentados pelos proponentes, o que compromete a qualidade dos diagnósticos e a velocidade na resolução das pendências, culminando com o atraso na execução das obras para beneficiar as populações;
- Dificuldade dos convenentes (Prefeituras Municipais e Governo do Estado) em obter licenças ambientais e documentação comprobatória de posse dos terrenos onde serão executadas as obras, a fim de permitir a aprovação técnica dos projetos;
- Quadro de engenheiros reforçado ao longo do exercício, porém sem condições até o momento de realizar cursos de nivelamento e capacitação, para atuação nas áreas específicas de acompanhamento de convênios de saneamento;
- Dificuldades logísticas relativas às longas distâncias entre os municípios a serem vistoriados, malha viária em condições precárias e disponibilidade irregular de veículos, motoristas e recursos para custeio das viagens.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Contratação de novos profissionais ao longo do exercício de 2009, que permitiu a melhor distribuição da carga de trabalho, desonerando os engenheiros do quadro permanente de novos processos, além de redistribuição de processos antigos;
- Apoio da Coordenação Regional e da Presidência da FUNASA, disponibilizando técnicos do Núcleo Central (DENSP) e mesmo de outras Coordenações Regionais

(CORE-MG), para análise e parecer técnico de processos do PAC, priorizando assim a área de convênios.

Ação 20AF - Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano

Atividade Desenvolvida:

- Participação em 04 (quatro) reuniões com os representantes dos municípios que fazem parte do Consórcio, da SEDUR e do DENSP/Presidência para discutir a implantação do laboratório de referência da qualidade da água para o consumo humano na cidade de Juazeiro/Ba.

Resultados Alcançados:

- Definição do local de construção do laboratório de referência;
- Aprovação da planta de construção do laboratório;
- Criação formal do consórcio e
- Definição do financiamento da construção, pela FUNASA, através da formalização de convênio com o Consórcio.

Fatores que Prejudicaram o Alcance dos Resultados:

- A morosidade da escolha do terreno e da aprovação da planta, o que inviabilizou a licitação e início das obras ainda em 2009.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Disposição dos municípios em formalizar o consórcio e o reconhecimento da necessidade de construção do laboratório de referência para o controle da qualidade da água para o consumo humano.

Ação 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos.

Atividades Desenvolvidas:

- Ingresso de 30(trinta) Projetos de Convênio referente ao orçamento de 2007 a 2009, com formalização no SISCON, detalhados abaixo:

1) Projeto de Malhada (CV_0933/07) recebido e formalizado no SISCON em 04.02.2009;

- 2) Projeto de Sobradinho (CV_0377/07) recebido e formalizado no SISCON em 09.02.2009;
- 3) Projeto de Curaçá (CV_1696/08) recebido e formalizado no SISCON em 13.02.2009;
- 4) Projeto de Aratuípe (CV_0236/08) recebido e formalizado no SISCON em 12.03.2009;
- 5) Projeto de Ribeira do Pombal (CV_0428/08) recebido e formalizado no SISCON em 12.03.2009;
- 6) Projeto de Caculé (CV_0639/08) recebido e formalizado no SISCON em 05.05.2009;
- 7) Projeto de Utinga (CV_0380/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 12.05.2009;
- 8) Projeto de Nova Itarana (CV_0446/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 18.05.2009;
- 9) Projeto de Mansidão (CV_0426/08) recebido e formalizado no SISCON em 19.05.2009;
- 10) Projeto de Wagner (CV_0141/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 29.05.2009;
- 11) Processo de Quixabeira (CV_1556/04) formalizado e enviado para análise em 19.05.2009;
- 12) Projeto de Central (CV_0238/08) recebido e formalizado no SISCON em 25.08.2009;
- 13) Projeto de Floresta Azul (CV_0222/09) recebido e formalizado no SISCON em 31.08.2009;
- 14) Projeto de Andaraí (CV_0145/09) recebido e formalizado no SISCON em 31.08.2009;
- 15) Projeto de Ubaitaba (CV_0147/09) recebido e formalizado no SISCON em 04.09.2009;
- 16) Projeto de Una (CV_0148/09) recebido e formalizado no SISCON em 15.09.2009;
- 17) Projeto de Mortugaba (CV_0427/08) recebido e formalizado no SISCON em 28.09.2009;
- 18) Projeto de Cipó (CV_0237/08) recebido e formalizado no SISCON em 05.10.2009;
- 19) Projeto de Oliveira dos Brejinhos (CV_0195/08) recebido e formalizado no SISCON em 04.11.2009;
- 20) Projeto de Valente (CV_0525/09) recebido e formalizado no SISCON em 12.11.2009;

- 21) Projeto de Gavião (CV_0519/09) recebido e formalizado no SISCON em 13.11.2009;
- 22) Projeto de Itapicurú (CV_0521/09) recebido e formalizado no SISCON em 16.11.2009;
- 23) Projeto de Jacaraci (CV_0522/09) recebido e formalizado no SISCON em 16.11.2009;
- 24) Projeto de Belo Campo (CV_0518/09) recebido e formalizado no SISCON em 16.11.2009;
- 25) Projeto de Itabela (CV_0443/09) recebido e formalizado no SISCON em 18.11.2009;
- 26) Projeto de São Gabriel (CV_0524/09) recebido e formalizado no SISCON em 18.11.2009;
- 27) Projeto de Ibipeba (CV_0520/09) recebido e formalizado no SISCON em 18.11.2009;
- 28) Projeto de Ibititá (CV_0425/08) recebido e formalizado no SISCON em 09.12.2009;
- 29) Projeto de João Dourado (CV_0620/09) recebido e formalizado no SISCON em 09.12.2009;
- 30) Projeto de Piripá (CV_0510/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 23.12.2009.

- Realização de pré-análise dos e 30 (trinta) projetos técnicos de engenharia que foram formalizados no SISCON (relação acima) e 29 (vinte e nove) pleitos detalhados a seguir:

Pleitos sem Pendências:

- Belo Campo - Protocolo 25130.038252/2009-01;
- Belo Campo - Protocolo 25130.035593/2009-17;
- Gavião - Protocolo 25130.038171/2009-01;
- Ibipeba;
- Itapicuru - Protocolo 25130.038174/2009-37;
- Jacaraci - Protocolo 25130.038243/2009-11;
- João Dourado - Protocolo 25130.038211/2009-15;
- São Gabriel - Protocolo 25130.038248/2009-35;
- Valente - Protocolo 25130.038172/2009-48

Pleitos com Pendências:

- Barra do Mendes - não contém plano de trabalho e memorial descritivo;
- Dom Macedo Costa - Protocolo 25130.038293/2009-90 - está cadastrado no SISCON com valor diferente;
- Dom Macedo Costa - Protocolo 25130.036319/2009-65 - não contém plano de trabalho, planilha, memorial descritivo e peças gráficas;
- Gavião - Protocolo 25130.035704/2009-95 - não contém plano de trabalho e memorial descritivo;
- Itapicuru - Protocolo 25130.035703/2009-41 - não contém plano de trabalho e memorial descritivo;
- Jacaraci - Protocolo 25130.035586/2009-15 - não contém planilha, memorial descritivo e peças gráficas;
- João Dourado - Protocolo 25130.035429/2009-18 não contém plano de trabalho
- São Gabriel - Protocolo 25130.035432/2009-23 - não contém plano de trabalho
- Teofilândia - não contém plano de trabalho e memorial descritivo
- Valente - Protocolo 25130.035702/2009-04 - não contém plano de trabalho e memorial descritivo

Projeto não formalizado:

- Barra do Mendes;
 - Caravelas;
 - Chorrochó;
 - Érico Cardoso;
 - Ibibepa;
 - Itaparica;
 - Paratinga;
 - Paratinga;
 - Uma;
 - Uruçuca .
- Encaminhamento à Presidência 58 (cinquenta e oito) pré-análise dos pleitos e dos processos de projetos técnicos de engenharia, que foram formalizados no SISCON;
 - Definição de técnicos analistas para 30 (trinta) Projetos de Convênio;

- Análise de 30 (trinta) Projetos de Convênio que foram formalizados no SISCON;
- Realização de visitas técnicas preliminares em 30 (trinta) Projetos de Convênio que foram formalizados no SISCON;
- Aprovação técnica de 33 (trinta e três) Projetos de Convênio que foram formalizados no SISCON, detalhados abaixo:

- 1) Projeto de Itanagra (CV_0360/07) analisado e aprovado no SISCON em 22.01.2009;
- 2) Projeto de Mairí (CV_0365/07) analisado e aprovado no SISCON em 22.01.2009;
- 3) Projeto de Belmonte (CV_1110/07) analisado e aprovado no SISCON em 08.04.2009;
- 4) Projeto de Ibirapuã (CV_0502/07) analisado e aprovado no SISCON em 08.04.2009;
- 5) Projeto de Castro Alves (CV_0102/08) analisado e aprovado no SISCON em 09.04.2009;
- 6) Projeto de Utinga (CV_0380/07) analisado e aprovado no SISCON em 12.05.2009;
- 7) Projeto de Wagner (CV_0141/07) analisado e aprovado no SISCON em 29.05.2009;
- 8) Projeto de Santa Luzia (CV_0374/07) analisado e aprovado no SISCON em 03.06.2009;
- 9) Projeto de Formosa do Rio Preto (CV_1268/07) analisado e aprovado no SISCON em 08.06.2009;
- 10) Projeto de Apuarema (CV_0198/08) analisado e aprovado no SISCON em 08.06.2009;
- 11) Projeto de Piritiba (CV_0371/07) analisado e aprovado no SISCON em 08.06.2009;
- 12) Projeto de Itagibá (CV_0023/08) analisado e aprovado no SISCON em 15.07.2009;
- 13) Projeto de São José da Vitória (CV_0375/07) analisado e aprovado no SISCON em 16.07.2009;
- 14) Projeto de Malhada (CV_0933/07) analisado e aprovado no SISCON em 17.07.2009;
- 15) Projeto de Mascote (CV_0366/07) analisado e aprovado no SISCON em 23.07.2009;
- 16) Projeto de Ruy Barbosa (CV_0373/07) analisado e aprovado no SISCON em 30.07.2009;
- 17) Projeto de Curaçá (CV_1696/08) analisado e aprovado no SISCON em 12.08.2009;
- 18) Projeto de Caém (CV_0137/07) analisado e aprovado no SISCON em 12.08.2009;
- 19) Projeto de Irecê (CV_0130/07) analisado e aprovado no SISCON em 12.08.2009;

- 20) Projeto de Ibotirama (CV_0091/08) analisado e aprovado no SISCON em 25.08.2009;
- 21) Projeto de Canavieiras (CV_0105/08) analisado e aprovado no SISCON em 30.09.2009;
- 22) Projeto de Iramaia (CV_0117/08) analisado e aprovado no SISCON em 30.09.2009;
- 23) Projeto de Itambé (CV_0181/08) analisado e aprovado no SISCON em 30.09.2009;
- 24) Projeto de Itiruçu (CV_0024/08) analisado e aprovado no SISCON em 01.10.2009;
- 25) Projeto de Sento Sé (CV_0512/07) analisado e aprovado no SISCON em 05.10.2009;
- 26) Projeto de Dias D'Ávila (CV_0576/07) analisado e aprovado no SISCON em 05.10.2009;
- 27) Projeto de Ibipitanga (CV_0507/07) analisado e aprovado no SISCON em 16.11.2009;
- 28) Projeto de Maracás (CV_0021/08) analisado e aprovado no SISCON em 23.11.2009;
- 29) Projeto de Saúde (CV_0376/07) analisado e aprovado no SISCON em 23.11.2009;
- 30) Projeto de Ribeira do Pombal (CV_0428/08) analisado e aprovado no SISCON em 01.12.2009;
- 31) Projeto de Pau Brasil (CV_0370/07) analisado e aprovado no SISCON em 16.12.2009;
- 32) Processo de Jaguaquara (CV_0797/03) aprovado, mas com empenho cancelado em 29.07.2009;
- 33) Processo de Itabela (CV_1711/04) aprovado, mas com empenho cancelado, registrado em 28.08.2009.

- Aprovação gerencial dos 33 (trinta e três) Projetos de Convênio que foram aprovados tecnicamente;
- Encaminhamento a Presidência dos 33 (trinta e três) Projetos de Convênio que obtiveram aprovação técnica e gerencial;
- Realização de 46 (quarenta e seis) visitas de acompanhamento da execução da obra, detalhados abaixo:

- 1) Visita Intermediária relativa ao processo de Morpará (CV_0367/07), registrada em 26.05.2009;
- 2) Visita Intermediária e Parecer Técnico Parcial relativa ao processo de Várzea Nova (CV_0381/07), registrada em 15.09.2009;

- 3) Visita Intermediária e parecer técnico parcial relativa ao processo de Irecê (CV_0037/05), registrada em 15.01.2009;
- 4) Visita Intermediária e parecer técnico parcial relativa ao processo de Mansidão (CV_0099/06), registrada em 16.01.2009;
- 5) Visita Intermediária relativa ao processo de Muquém do São Francisco (CV_0035/06), registrada em 29.01.2009;
- 6) Visita Intermediária e parecer técnico parcial relativa ao processo de Itaquara (CV_0044/04), registrada em 27.02.2009;
- 7) Visita Intermediária e parecer técnico parcial relativa ao processo de Ribeirão do Largo (CV_2052/04), registrada em 02.03.2009;
- 8) Visita Intermediária e parecer técnico parcial relativa ao processo de Sento Sé (CV_1268/04), registrada em 03.03.2009;
- 9) Visita Intermediária e parecer técnico parcial relativa ao processo de Andaraí (CV_1627/05), registrada em 11.03.2009;
- 10) Visita Intermediária e parecer técnico parcial relativa ao processo de Maetinga (CV_0052/06), registrada em 19.03.2009;
- 11 e 12) Visitas Intermediárias (2) e parecer técnico parcial relativas ao processo de Brumado (CV_0727/04), registradas em 27.03.2009;
- 13 e 14) Visitas Intermediárias (2) e parecer técnico parcial relativa ao processo de Iraquara (CV_1734/04), registradas em 16.04.2009;
- 15) Visita Intermediária e parecer técnico parcial relativa ao processo de Santa Maria da Vitória (CV_0426/06), registrada em 16.04.2009;
- 16 a 19) Visitas Intermediárias (4) relativas ao processo de Andaraí (CV_0403/06), registradas em 19.05.2009;
- 20) Visita Intermediária e parecer técnico parcial relativa ao processo de Canavieiras (CV_0407/06), registrada em 22.05.2009;
- 21 a 23) Visitas Intermediárias (3) e parecer técnico parcial relativa ao processo de Ituberá (CV_1024/05), registradas em 25.05.2009;
- 24) Visita Intermediária e parecer técnico parcial relativa ao processo de Salvador (CV_1058/06), registrada em 10.06.2009;
- 25) Visita Intermediária relativa ao processo de Pintadas (CV_0186/06), registrada em 21.07.2009;
- 26 a 27) Visitas Intermediárias (2) bem como Parecer Técnico Parcial de Ichú (CV_1282/04), registradas em 03.08.2009;

28) Visita Intermediária e parecer técnico parcial relativa ao processo de Itabela (CV_2255/06), registrada em 27.08.2009;

29 a 31) Visitas Intermediárias (3) e parecer técnico parcial relativas ao processo de Cipó (CV_0039/06), registradas em 27.08.2009;

32) Visita Intermediária relativa ao processo de Antônio Cardoso (CV_1628/05), registrada em 28.08.2009;

33) Visita Intermediária relativa ao processo de Itagi (CV_0316/05), registrada em 15.10.2009;

34) Visita Intermediária e Parecer Técnico Parcial relativa ao processo de Iaçú (CV_1281/04), registrada em 15.12.2009;

35 e 36) Visitas Intermediárias (2) e Parecer Técnico Parcial relativas ao processo de Maetinga (CV_0052/06), registradas em 24.12.2009;

37) Visita Intermediária relativa ao processo de Cristópolis (CV_0630/06), registrada em 31.12.2009;

38 a 41) Visitas intermediárias (4) relativas ao processo de Salvador (CV_1303/02), registradas em 10.06.2009;

42) Visita Intermediária relativa ao processo de Conceição do Jacuípe (CV_0724/02), registrada em 29.07.2009;

43 a 45) Visitas intermediárias (3) relativas ao processo Itagibá - SEINFRA/CERB (CV_0067/01), cadastradas em 30.11.2009;

46) Visita intermediária relativa ao processo de Andaraí - SEINFRA/CERB (CV_0067/01), cadastradas em 01.12.2009.

- Realização de 25 (vinte e cinco) visitas finais com a emissão de 25 (vinte e cinco) pareceres finais de obra dos convênios:

1) Irecê (CV_0037/05), registrada em 15.01.2009;

2) Andaraí (CV_1627/05), registrada em 11.03.2009;

3) Pintadas (CV_0186/06), registrada em 21.07.2009; 4) Nova Visita e Novo Parecer Técnico Final de Cipó (CV_2379/05), registrada em 31.07.2009;

5) Visita e Parecer Técnico Final de São Gonçalo dos Campos (CV_1285/04), registrada em 03.08.2009;

6) Visita e Parecer Técnico Final de Ichú (CV_1282/04), registrada em 03.08.2009;

7) Visita e Parecer Técnico Final de Itabela (CV_2255/06), registrada em 27.08.2009;

8) Visita e Parecer Técnico Final de Cipó (CV_0039/06), registrada em 27.08.2009;

9) Visita e Parecer Técnico Final de Antônio Cardoso (CV_1628/05), registrada em 28.08.2009;

- 10) Visita e Parecer Técnico Final de Itagi (CV_0316/05), registrado em 15.10.2009;
- 11) Visita e Parecer Técnico Final de Iaçu (CV_1281/04), registrado em 15.12.2009;
- 12) Visita e Parecer Técnico Final de Maetinga (CV_0052/06), registrado em 24.12.2009;
- 13) Visita e Parecer Técnico Final de Cristópolis (CV_0630/06), registrado em 31.12.2009;
- 14) Nova Visita e Novo Parecer Técnico Final de Ibipeba (CV_0966/00), registrado em 13.01.2009;
- 15) Nova Visita e Novo Parecer Técnico Final de Piripá (CV_3785/01), registrado em 13.01.2009;
- 16) Nova Visita e Novo Parecer Técnico Final de Itamarajú (CV_3746/01), registrado em 17.02.2009;
- 17) Visita com Parecer Técnico Final de Salvador (CV_1303/02), registrada em 10.06.2009;
- 18) Visita com Parecer Técnico Final de Salvador (CV_1303/02), registrada em 10.06.2009;
- 19) Visita com emissão de Parecer Técnico Final de Conceição do Jacuípe (CV_0724/02), registrada em 29.07.2009;
- 20) Visita e Parecer Técnico Final de Potiraguá (CV_3863/01) cadastrado em 13.10.2009;
- 21) Visita e Parecer Técnico Final de Itapebi - SEINFRA/CERB (CV_0067/01), cadastrado em 09.11.2009;
- 22) Nova Visita e Parecer Técnico Final de Andorinha (CV_1233/01) cadastrado em 25.11.2009;
- 23) Visita e Parecer Técnico Final de Aratuípe - SEINFRA/CERB (CV_0067/01), cadastrado em 27.11.2009;
- 24) Visita com Parecer Técnico Final de Itagibá - SEINFRA/CERB (CV_0067/01), cadastradas em 30.11.2009;
- 25) Visita com Parecer Técnico Final de Andaraí - SEINFRA/CERB (CV_0067/01), cadastrada em 01.12.2009.

Resultados Alcançados:

Foram concluídas as seguintes obras:

- 1) Projeto de Ibipeba (CV_0966/00) com 19 famílias beneficiadas (Complementação do Projeto original - 152 unidades - com a construção de 19 unidades + 133 anteriores);
- 2) Projeto de Piripá (CV_3785/01) sem novas famílias beneficiadas (Projeto original - 189 unidades - apenas 147 executadas anteriormente);
- 3) Projeto de Irecê (CV_0037/05) com 60 famílias beneficiadas (Obra executada em 97,00%);
- 4) Projeto de Itamarajú (CV_3746/01) com 54 famílias beneficiadas (Obra executada em 86,20%, mas com 66 conjuntos sem destino adequado dos efluentes);
- 5) Projeto de Andaraí (CV_1627/05) com 21 famílias beneficiadas (Obra executada em 100,00%);
- 6) Projeto de Salvador (CV_1303/02) com 673 famílias beneficiadas (Obra executada em 83,71%);
- 7) Projeto de Pintadas (CV_0186/06) com 49 famílias beneficiadas (Obra executada em 89,51%);
- 8) Projeto de Conceição do Jacuípe (CV_0724/02) com 100 famílias beneficiadas (Obra executada em 82,36%);
- 9) Projeto de São Gonçalo dos Campos (CV_1285/04) com 77 famílias beneficiadas (Obra executada em 70,99%);
- 10) Projeto de Ichú (CV_1282/04) com 82 famílias beneficiadas (Obra executada em 100,00%);
- 11) Projeto de Itabela (CV_2255/06) com 83 famílias beneficiadas (Obra executada em 37,80%);
- 12) Projeto de Cipó (CV_0039/06) com 50 famílias beneficiadas (Obra executada em 100,00%);
- 13) Projeto de Antônio Cardoso (CV_1628/05) com 18 famílias beneficiadas (Obra executada em 100,00%);
- 14) Projeto de Potiraguá (CV_3863/01) com previsão de 170 unidades mas sem famílias beneficiadas (0,00%) em função da baixa execução;
- 15) Projeto de Itagi (CV_0316/05) com 40 famílias beneficiadas (Obra executada em 108,00%), vez que a meta foi ampliada em 3 conjuntos a mais que o originalmente previsto;
- 16) Projeto de Itapebi - SEINFRA/CERB (CV_0067/01) com previsão de 159 unidades mas sem famílias beneficiadas (0,00%) em função da execução incompleta dos conjuntos sanitários;

17) Projeto de Andorinha (CV_1233/01), revisão de parecer resultando na aprovação de 99,20%, com acréscimo de 0,88% em relação ao último parecer (aproximadamente 2 famílias a mais que o parecer anterior);

18) Projeto de Aratuípe SEINFRA/CERB (CV_0067/01) com 50 famílias beneficiadas (Obra executada em apenas 25,00%, em razão da não execução dos outros 150 conjuntos previstos de um total de 200 conjuntos);

19) Projeto de Itagibá - SEINFRA/CERB (CV_0067/01) com previsão de 291 unidades mas sem famílias beneficiadas (0,00%) em função da execução incompleta dos conjuntos sanitários;

20) Projeto de Andaraí - SEINFRA/CERB (CV_0067/01) com previsão de 200 unidades mas sem famílias beneficiadas (0,00%) em função da execução incompleta dos conjuntos sanitários;

21) Projeto de Iacú (CV_1281/04) com 112 famílias beneficiadas (Obra executada em 97,68%);

22) Projeto de Maetinga (CV_0052/06) com 55 famílias beneficiadas (Obra executada em 100,00%).

23) Projeto de Cristópolis (CV_0630/06) com 56 famílias beneficiadas (Obra executada em 100,00%).

- Formalização, análise, acompanhamento e emissão de parecer técnico em 134 (cento e trinta e quatro) convênios.

Fatores que Prejudicaram o Alcance dos Resultados:

- Baixa qualidade dos projetos apresentados pelos proponentes, o que compromete a qualidade dos diagnósticos e a velocidade na resolução das pendências, culminando com o atraso na execução das obras para beneficiar as populações;
- Quadro de engenheiros reforçado ao longo do exercício, porém sem condições até o momento de realizar cursos de nivelamento e capacitação, para atuação nas áreas específicas de acompanhamento de convênios de saneamento;
- Dificuldades logísticas relativas às longas distâncias entre os municípios a serem vistoriados, malha viária em condições precárias e disponibilidade irregular de veículos, motoristas e recursos para custeio das viagens.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Contratação de novos profissionais ao longo do exercício de 2009, que permitiu a melhor distribuição da carga de trabalho, desonerando os engenheiros do quadro permanente de novos processos, além de redistribuição de processos antigos;
- Permissão para que os Inspectores e Auxiliares de Saneamento pudessem acompanhar e vistoriar obras de melhorias sanitárias domiciliares, bem como regularizar a situação de habilitação junto ao CREA;
- Apoio da Coordenação Regional e da Presidência da FUNASA, disponibilizando técnicos do Núcleo Central (DENSP) e mesmo de outras Coordenações Regionais (CORE-MG), para análise e parecer técnico de processos do PAC, priorizando assim a área de convênios.

Ação 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental.

Atividades Desenvolvidas:

- Definição de ações e estratégias de mobilização sócio ambiental a serem realizadas no município de Oliveira dos Brejinhos;
- Execução do projeto de mobilização social na aldeia de Massacará, visando a construção do sistema de esgotamento sanitário;
- Sensibilização e assessoria aos gestores no processo de construção do projeto de educação em saúde e mobilização social nos municípios de Cafarnaum, Lapão, São Gabriel, Barro Alto, Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique, Barra, Vanderlei, Cristópolis nos convênios de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas e
- Avaliação das ações do programa de educação em saúde e mobilização social nos municípios: Vitória da Conquista, Itagi, Coaraci, Feira de Santana, Santa Rita de Cássia, Mairi, Baixa Grande, Mundo Novo, Água Fria, Bonito, São Félix, Itaquara, Ubaíra, Camamu, Ituberá, Ubaitaba, Itororó, Iguai, Itaetê e Tremedal, objetivando a emissão de parecer final dos convênios passivos.

Resultados Alcançados:

- Implantação das ações educativas no município de Oliveira dos Brejinhos;
- Participação da comunidade e parceiros no desenvolvimento das ações educativas visando a execução do sistema de esgotamento sanitário na aldeia de Massacará;

- Adesão dos municípios visitados a proposta educativa construída e encaminhadas a COREBA, contemplando a comunidade e a sociedade organizada no processo da participação nos convênios firmados de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas.
- Emissão de parecer final em 20 (vinte) convênios.

Fatores que Prejudicaram o Alcance dos Resultados:

- A não execução do projeto Pesms por parte dos municípios, excetuando os municípios que firmaram convênio com objeto de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Envolvimento e a integração dos técnicos e parceiros nas realizações das ações de educação em saúde e mobilização social

Programa 1287: Saneamento Rural

Ação 3921 - Implantação de Melhoria Habitacional para Controle de Doença de Chagas.

Atividades Desenvolvidas:

- Ingresso de 37(trinta e sete) Projetos de Convênio referente ao orçamento de 2007 a 2009, com formlização no SISCON, detalhados abaixo:
 - 1) Projeto de Paratinga (CV_1451/08) recebido e formalizado no SISCON em 03.02.2009;
 - 2) Projeto de Curaçá (CV_1444/08) recebido e formalizado no SISCON em 04.02.2009;
 - 3) Projeto de Sobradinho (CV_1459/08) recebido e formalizado no SISCON em 04.02.2009;
 - 4) Projeto de São Desidério (CV_1453/08) recebido e formalizado no SISCON em 04.02.2009;
 - 5) Projeto de São Félix do Coribe (CV_1454/08) recebido e formalizado no SISCON em 04.02.2009;
 - 6) Projeto de Ibipitanga (CV_0088/08) recebido e formalizado no SISCON em 16.02.2009;

- 7) Projeto de Formosa do Rio Preto (CV_1720/08) recebido e formalizado no SISCON em 25.03.2009;
- 8) Projeto de Ibotirama (CV_1484/08) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 02.04.2009;
- 9) Projeto de Serra do Ramalho (CV_1457/08) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 02.04.2009;
- 10) Projeto de Botuporã (CV_1439/08) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 20.04.2009;
- 11) Projeto de Rio do Pires (CV_1452/08) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 20.04.2009;
- 12) Projeto de Palmas de Monte Alto (CV_1450/08) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 20.04.2009;
- 13) Projeto de Catolândia (CV_1442/08) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 20.04.2009;
- 14) Projeto de Feira da Mata (CV_1446/08) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 20.04.2009;
- 15) Projeto de Boquira (CV_1435/08) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 27.04.2009;
- 16) Projeto de Sento Sé (CV_1456/08) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 28.04.2009;
- 17) Projeto de Serra Dourada (CV_0669/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 11.05.2009;
- 18) Projeto de Bom Jesus da Lapa (CV_0621/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 12.05.2009;
- 19) Projeto de Cristópolis (CV_0633/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 12.05.2009;
- 20) Projeto de Xique Xique (CV_0675/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 12.05.2009;
- 21) Projeto de São Gabriel (CV_0667/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 12.05.2009;
- 22) Projeto de Urandi (CV_1461/08) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 13.05.2009;
- 23) Projeto de Livramento de Nossa Senhora (CV_1449/08) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 13.05.2009;

- 24) Projeto de Presidente Jânio Quadros (CV_0660/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 28.05.2009;
- 25) Projeto de Caraíbas (CV_0627/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 19.06.2009;
- 26) Projeto de Carinhanha (CV_1485/08) recebido e formalizado no SISCON em 25.08.2009;
- 27) Projeto de Ibititá (CV_0150/09) recebido e formalizado no SISCON em 31.08.2009;
- 28) Projeto de São Félix do Coribe (CV_0210/09) recebido e formalizado no SISCON em 28.09.2009;
- 29) Projeto de Ibipitanga (CV_0149/09) recebido e formalizado no SISCON em 05.10.2009;
- 30) Projeto de Buritirama (CV_0310/09) recebido e formalizado no SISCON em 04.11.2009;
- 31) Projeto de Lapão (CV_0523/09) recebido e formalizado no SISCON em 18.11.2009;
- 32) Projeto de São Gabriel (CV_0535/09) recebido e formalizado no SISCON em 24.11.2009;
- 33) Projeto de Tanhaçú (CV_0444/09) recebido e formalizado no SISCON em 24.11.2009;
- 34) Projeto de Feira da Mata (CV_0534/09) recebido e formalizado no SISCON em 09.12.2009;
- 35) Projeto de Sento Sé (CV_0669/09) recebido e formalizado no SISCON em 10.12.2009;
- 36) Projeto de Curaçá (CV_0801/09) recebido e formalizado no SISCON em 15.12.2009;
- 37) Projeto de Poções (CV_0582/07) recebido e formalizado no SISCON, registrado em 30.12.2009.

- Realização de pré-análise dos e 37 (trinta e sete) projetos técnicos de engenharia que foram formalizados no SISCON (relação acima) e 11 (onze) pleitos detalhados a seguir:

Pleitos sem Pendências:

- Lapão - Protocolo 25130.038291/2009-09;
- São Gabriel.

Pleitos com Pendências:

- Lapão - Protocolo 25130.035433/2009-78 - não contém plano de trabalho.

Projeto não formalizado:

- Barra;
- Botuporã;
- Érico Cardoso;
- Mulungú do Morro;
- Paratinga;
- Paramirim;
- Rio do Pires;
- Santana.

- Encaminhamento à Presidência 48 (quarenta e oito) pré-análise dos pleitos e dos processos de projetos técnicos de engenharia, que foram formalizados no SISCON;

- Definição de técnicos analistas para 37 (trinta e sete) Projetos de Convênio;

- Análise de 37 (trinta e sete) Projetos de Convênio que foram formalizados no SISCON;

- Realização de visitas técnicas preliminares em 37 (trinta e sete) Projetos de Convênio que foram formalizados no SISCON;

- Aprovação técnica de 43 (quarenta e três) Projetos de Convênio que foram formalizados no SISCON, detalhados abaixo:

- 1) Processo de Malhada (CV_2495/06) analisado e aprovado no SISCON em 02.10.2009;
- 2) Processo de Malhada (CV_0165/06) analisado e aprovado no SISCON em 09.10.2009;
- 3) Projeto de Remanso (CV_0661/07) analisado e aprovado no SISCON em 21.01.2009;
- 4) Projeto de Candiba (CV_0626/07) analisado e aprovado no SISCON em 09.04.2009;
- 5) Projeto de Pindaí (CV_0658/07) analisado e aprovado no SISCON em 09.04.2009;
- 6) Projeto de Serra Dourada (CV_0669/07) analisado e aprovado no SISCON em 11.05.2009;
- 7) Projeto de Bom Jesus da Lapa (CV_0621/07) analisado e aprovado no SISCON em 12.05.2009;
- 8) Projeto de Cristópolis (CV_0633/07) analisado e aprovado no SISCON em 12.05.2009;
- 9) Projeto de Xique Xique (CV_0675/07) analisado e aprovado no SISCON em 12.05.2009;
- 10) Projeto de Aracatú (CV_0615/07) analisado e aprovado no SISCON em 12.05.2009;

- 11) Projeto de São Gabriel (CV_0667/07) analisado e aprovado no SISCON em 12.05.2009;
- 12) Projeto de Santana (CV_0666/07) analisado e aprovado no SISCON em 01.06.2009;
- 13) Projeto de Paramirim (CV_0656/07) analisado e aprovado no SISCON em 01.06.2009;
- 14) Projeto de Tanque Novo (CV_0672/07) analisado e aprovado no SISCON em 03.06.2009;
- 15) Projeto de Santa Rita de Cássia (CV_0665/07) analisado e aprovado no SISCON em 03.06.2009;
- 16) Projeto de Riacho de Santana (CV_0663/07) analisado e aprovado no SISCON em 04.06.2009;
- 17) Projeto de Barro Alto (CV_0620/07) analisado e aprovado no SISCON em 04.06.2009;
- 18) Projeto de Sítio do Mato (CV_0670/07) analisado e aprovado no SISCON em 04.06.2009;
- 19) Projeto de Lapão (CV_0009/08) analisado e aprovado no SISCON em 05.06.2009;
- 20) Projeto de Coribe (CV_0630/07) analisado e aprovado no SISCON em 08.06.2009;
- 21) Projeto de Juazeiro (CV_0645/07) analisado e aprovado no SISCON em 08.06.2009;
- 22) Projeto de Campo Alegre de Lourdes (CV_1440/08) analisado e aprovado no SISCON em 16.07.2009;
- 23) Projeto de Oliveira dos Brejinhos (CV_0655/07) analisado e aprovado no SISCON em 17.07.2009;
- 24) Projeto de Tabocas do Brejo Velho (CV_0671/07) analisado e aprovado no SISCON em 17.07.2009;
- 25) Projeto de Presidente Dutra (CV_0659/07) analisado e aprovado no SISCON em 23.07.2009;
- 26) Projeto de Itaguaçu da Bahia (CV_0640/07) analisado e aprovado no SISCON em 23.07.2009;
- 27) Projeto de Côcos (CV_0629/07) analisado e aprovado no SISCON em 31.07.2009;
- 28) Projeto de Senhor do Bonfim (CV_0668/07) analisado e aprovado no SISCON em 31.07.2009;
- 29) Projeto de Canápolis (CV_0625/07) analisado e aprovado no SISCON em 11.08.2009;
- 30) Projeto de Ibipeba (CV_0636/07) analisado e aprovado no SISCON em 11.08.2009;

- 31) Projeto de Jussara (CV_0646/07) analisado e aprovado no SISCON em 11.08.2009;
- 32) Projeto de Gentio do Ouro (CV_0635/07) analisado e aprovado no SISCON em 13.08.2009;
- 33) Projeto de Casa Nova (CV_0628/07) analisado e aprovado no SISCON em 13.08.2009;
- 34) Projeto de Barra - ONG Distrito Brejos da Barra (CV_1112/07) Novamente analisado e aprovado no SISCON em 13.08.2009;
- 35) Projeto de Ibotirama (CV_1484/08) analisado e aprovado no SISCON em 25.08.2009;
- 36) Projeto de Canarana (CV_0097/08) analisado e aprovado no SISCON em 01.09.2009;
- 37) Projeto de Rio do Pires (CV_1452/08) analisado e aprovado no SISCON em 01.09.2009;
- 38) Projeto de Riachão das Neves (CV_0662/07) analisado e aprovado no SISCON em 06.10.2009;
- 39) Projeto de Serra do Ramalho (CV_1457/08) analisado e aprovado no SISCON em 08.10.2009;
- 40) Projeto de Pilão Arcado (CV_0657/07) analisado e aprovado no SISCON, registrado em 27.10.2009;
- 41) Projeto de Brejolândia (CV_0622/07) analisado e aprovado no SISCON, registrado em 16.11.2009;
- 42) Projeto de João Dourado (CV_0644/07) analisado e aprovado no SISCON, registrado em 23.11.2009;
- 43) Projeto de Macaúbas (CV_0648/07) analisado e aprovado no SISCON, registrado em 16.12.2009.

- Aprovação gerencial dos 43 (quarenta e três) Projetos de Convênio que foram aprovados tecnicamente;
- Encaminhamento a Presidência dos 43 (quarenta e três) Projetos de Convênio que obtiveram aprovação técnica e gerencial;
- Realização de 02 (duas) visitas de acompanhamento da execução da obra, detalhados abaixo:

- 1) Visita Intermediária relativa ao processo de Barra (CV_0617/07), registrada em 19.02.2009;
- 2) Visita Intermediária relativa ao processo de Wanderley (CV_0647/07), registrada em 26.05.2009.

Resultados Alcançados:

- Formalização, análise, acompanhamento e emissão de parecer técnico em 78 (setenta e oito) convênios.

Fatores que Prejudicaram o Alcance dos Resultados:

- Baixa qualidade dos projetos apresentados pelos proponentes, o que compromete a qualidade dos diagnósticos e a velocidade na resolução das pendências, culminando com o atraso na execução das obras para beneficiar as populações;
- Necessidade de alteração das localidades a serem beneficiadas pelos convênios de Melhorias Habitacionais para controle da doença de Chagas do PAC/2007, em razão da divergência observada entre a identificação das localidades prioritárias para a implantação do programa, fornecida pela Secretaria Estadual de Saúde, SESAB, e as localidades selecionadas pelos gestores municipais.
- Quadro de engenheiros reforçado ao longo do exercício, porém sem condições até o momento de realizar cursos de nivelamento e capacitação, para atuação nas áreas específicas de acompanhamento de convênios de saneamento;
- Dificuldades logísticas relativas às longas distâncias entre os municípios a serem vistoriados, malha viária em condições precárias e disponibilidade irregular de veículos, motoristas e recursos para custeio das viagens.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Contratação de novos profissionais ao longo do exercício de 2009, que permitiu a melhor distribuição da carga de trabalho, desonerando os engenheiros do quadro permanente de novos processos, além de redistribuição de processos antigos;
- Permissão para que os Inspetores e Auxiliares de Saneamento pudessem acompanhar e vistoriar obras de melhorias sanitárias domiciliares, bem como regularizar a situação de habilitação junto ao CREA.
- Apoio da Coordenação Regional e da Presidência da FUNASA, disponibilizando técnicos do Núcleo Central (DENSP) e mesmo de outras Coordenações Regionais (CORE-MG), para análise e parecer técnico de processos do PAC, priorizando assim a área de convênios.

Ação 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para prevenção e controle de agravos.

Atividades Desenvolvidas:

- Ingresso de 15 (quinze) Projetos de Convênio referente ao orçamento de 2008, com formalização no SISCON, detalhados abaixo:
 - 1) Projeto de comunidade quilombola em Marau / CERB (CV_1825/08) recebido e formalizado no SISCON em 16.03.2009;
 - 2) Projeto de comunidade quilombola em Lençóis / CERB (CV_1835/08) recebido e formalizado no SISCON em 18.03.2009;
 - 3) Projeto de comunidade quilombola em Itacaré / SEMA (CV_1834/08) recebido e formalizado no SISCON em 20.03.2009;
 - 4) Projeto de comunidade quilombola em Canarana / CERB (CV_1832/08) recebido e formalizado no SISCON em 24.03.2009;
 - 5) Projeto de comunidade quilombola em Seabra / CERB (CV_1848/08) recebido e formalizado no SISCON em 25.03.2009;
 - 6) Projeto de comunidade quilombola em Boninal / CERB (CV_1827/08) recebido e formalizado no SISCON em 14.04.2009;
 - 7) Projeto de comunidade quilombola em Cairú / SEMA (CV_1829/08) recebido e formalizado no SISCON em 22.04.2009;
 - 8) Projeto de comunidade quilombola em Valença / SEMA (CV_1844/08) recebido e formalizado no SISCON em 22.04.2009;
 - 9) Projeto de comunidade quilombola em Vitória da Conquista / SEMA (CV_1842/08) recebido e formalizado no SISCON em 04.05.2009;
 - 10) Projeto de comunidade quilombola em Presidente Tancredo Neves / SEMA (CV_1843/08) recebido e formalizado no SISCON em 05.05.2009;
 - 11) Projeto de comunidade quilombola em Camamu / SEMA (CV_1830/08) recebido e formalizado no SISCON em 07.05.2009;
 - 12) Projeto de comunidade quilombola em Morro do Chapéu / SEMA (CV_1838/08) recebido e formalizado no SISCON em 07.05.2009;
 - 13) Projeto de comunidade quilombola em Taperoá / SEMA (CV_1846/08) recebido e formalizado no SISCON em 07.05.2009;

14) Projeto de comunidade quilombola em Riacho de Santana / SEMA (CV_1847/08) recebido e formalizado no SISCON em 08.05.2009;

15) Projeto de comunidade quilombola em Barreiras / SEMA (CV_1823/08) recebido e formalizado no SISCON em 12.06.2009.

- Realização de pré-análise dos e 15 (quinze) projetos técnicos de engenharia que foram formalizados no SISCON .
- Encaminhamento à Presidência 15 (quinze) pré-análise dos processos de projetos técnicos de engenharia, que foram formalizados no SISCON;
- Definição de técnicos analistas para 15 (quinze) Projetos de Convênio;
- Análise de 15 (quinze) Projetos de Convênio que foram formalizados no SISCON;
- Realização de visitas técnicas preliminares em 15 (quinze) Projetos de Convênio que foram formalizados no SISCON.
- Realização de duas visitas finais com a emissão de 02 (dois) pareceres finais de obra dos convênios:

1) Visita e Parecer Técnico Final de Cipó (CV_23397/05), registrada em 15.01.2009;

2) Visita e Parecer Técnico Final de Cipó (CV_0315/05), registrada em 15.01.2009.

Resultados Alcançados:

- Conclusão das obras em 02 (dois) convênios (nº 2379/05 e 0315/05) celebrados com a Prefeitura Municipal de Cipó para MSD, beneficiando 129 famílias em 2 Comunidades (Várzea Grande e Cabojé).
- Formalização, análise, acompanhamento e emissão de parecer técnico em 17 (dezessete) convênios.

Fatores que Prejudicaram o Alcance dos Resultados:

- Baixa qualidade dos projetos apresentados pelos proponentes, o que compromete a qualidade dos diagnósticos e a velocidade na resolução das pendências, culminando com o atraso na execução das obras para beneficiar as populações;
- Dificuldade dos convenientes (Prefeituras Municipais e Governo do Estado) em obter licenças ambientais e documentação comprobatória de posse dos terrenos onde serão executadas as obras, a fim de permitir a aprovação técnica dos projetos;

- Quadro de engenheiros reforçado ao longo do exercício, porém sem condições até o momento de realizar cursos de nivelamento e capacitação, para atuação nas áreas específicas de acompanhamento de convênios de saneamento;
- Dificuldades logísticas relativas às longas distâncias entre os municípios a serem vistoriados, malha viária em condições precárias e disponibilidade irregular de veículos, motoristas e recursos para custeio das viagens.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Contratação de novos profissionais ao longo do exercício de 2009, que permitiu a melhor distribuição da carga de trabalho, desonerando os engenheiros do quadro permanente de novos processos, além de redistribuição de processos antigos;
- Apoio da Coordenação Regional e da Presidência da FUNASA, disponibilizando técnicos do Núcleo Central (DENSP) e mesmo de outras Coordenações Regionais (CORE-MG), para análise e parecer técnico de processos do PAC, priorizando assim a área de convênios.

Ação 7684 – Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos.

Atividades Desenvolvidas:

- Aplicação de Recursos de Custeios para Manutenção e Operação das Ações de Saneamento;
- Aplicação de Recursos em Investimentos em obras de construção de poços tubulares e melhorias sanitárias e domiciliares (MSD)
- Aquisição de equipamentos
- Licitação das Obras
- Conclusão das obras de exercícios anteriores.

Resultados Alcançados:

Sistema de Abastecimento de Água

Quadro II - Situação das Obras de Sistema de Abastecimento de Água nas Aldeias Indígenas, PAC, COREBA, 2009.

Município Beneficiado	Aldeias - OBRAS	Valor Contratado	Estágio da Execução	Ano da Contratação	Famílias Beneficiadas	População Beneficiada	Execução Física %	Situação da Execução - Casa Civil
Banzaê	Mirandela	24.966,45	Contratado	2007	67	334	98	PARALISADA
Banzaê	Marcação	9.739,35	Contratado	2007	83	414	98	PARALISADA
Euclides da Cunha	Massacará	29.044,09	Contratado	2007	114	571	96	PARALISADA
Glória	Baixa Das Pedras	50.225,76	Contratado	2009	25	126	100	OBRA CONCLUÍDA
Itamaraju	Pé do Monte	43.007,97	Contratado	2009	29	143	50	PARALISADA
Muquém de São Francisco	Itaim	-	A licitar em 2010	2009	26	132	0	A licitar em 2010
Pau Brasil	CARAMURU PARAGUASSU	963.673,09	Contratado (62/2009)	2009	298	1.491	0	A INICIAR
Porto Seguro	Meio Da Mata	50.225,76	Contratado	2009	44	222	100	OBRA CONCLUÍDA
Porto Seguro	Barra Velha	50.225,76	Contratado	2009	347	1.733	100	OBRA CONCLUÍDA
Santa Cruz Cabralia	Coroa Vermelha (Aroeira)	50.225,76	Contratado	2009	933	4.665	100	OBRA CONCLUÍDA

Fonte: DIESP

Quadro III - Situação das Obras de Melhoria Sanitária Domiciliar nas Aldeias Indígenas, PAC, COREBA, 2009.

Município Beneficiado	Aldeias - OBRAS	Valor Contratado	Estágio da Execução	Ano da Contratação	Famílias Beneficiadas	População Beneficiada	Execução Física %	Situação da Execução - Casa Civil
Banzaê	Lagoa Grande	22.650,41	Contratado	2007	10	50	100	Obra Concluída
Banzaê	Cajazeiras	122.959,26	Contratado	2007	10	50	100	Obra Concluída
Banzaê	CANTAGALO	71.100,52	Contratado	2009	18	89	100	Obra Concluída
Buerarema	Serra do Padeiro	71.100,52	Contratado	2009	16	80	0	A Iniciar
Euclides da Cunha	Massacará	220.313,10	Contratado	2007	80	400	100	Obra Concluída
Glória	Brejo Do Burgo	618.480,00	Contratado	2007	192	960	100	Obra Concluída
Glória	Batida	73.763,53	Contratado	2007	23	115	100	Obra Concluída
Glória	Baixa Das Pedras	25.770,00	Contratado	2007	8	40	100	Obra Concluída
Glória	Chico	9.663,75	Contratado	2007	3	15	100	Obra Concluída
Glória	Quixaba	6.442,50	Contratado	2007	2	10	100	Obra Concluída
Itamaraju	TREVO (DO PARQUE)	189.375,94	Contratado	2009	26	130	0	A Iniciar
Pau Brasil	CARAMURU PARAGUASSU	312.030,68	Contratado	2009	65	325	0	Em Andamento
Porto Seguro	Meio Da Mata	100.035,51	Contratado	2007	40	198	100	Obra Concluída
Porto Seguro	Barra Velha/Pará	109.716,36	Contratado	2007	35	175	100	Obra Concluída
Porto Seguro	BOCA DA MATA	156.015,34	Contratado	2009	34	170	100	Em Andamento
Porto Seguro	ALDEIA VELHA	212.963,39	Contratado	2009	45	225	100	Obra Concluída
Prado	CORUMBAUZINHO	108.840,44	Contratado	2009	19	95	0	A Iniciar
Prado	ÁGUAS BELAS	71.100,52	Contratado	2009	18	90	0	A Iniciar

Fonte: DIESP

Em relação a obra de esgotamento sanitário existe apenas uma em andamento na aldeia de Massacará, cuja população a ser beneficiada é de 562 (quinhentos e sessenta e dois) habitantes, com o beneficiamento de 112 (cento e doze) famílias.

Programa 8007: Resíduos Sólidos Urbanos

Ação 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive RIDE.

Atividades Desenvolvidas:

- Ingresso de um Projeto de Convênio referente ao orçamento de 2008 do município de Lagoa Real, (CV_0190/08) recebido e formalizado no SISCON em 18.05.2009;
- Realização de pré-análise de um projeto técnico de engenharia que foi formalizado no SISCON e de um pleito do orçamento de 2009, de São Domingos, o qual apresenta pendência, vez que não contém plano de trabalho, memorial descritivo e memória de cálculo;
- Encaminhamento à Presidência de uma pré-análise do processo de projeto técnico de engenharia, que foi formalizado no SISCON;
- Definição de técnico analista para um Projeto de Convênio;
- Análise de um Projeto de Convênio que foi formalizado no SISCON;
- Realização de visita técnica preliminar em um Projeto de Convênio que foi formalizado no SISCON;
- Realização de uma visita de acompanhamento da execução da obra do orçamento de 2004 – visita intermediária com a emissão de parecer técnico parcial no município de Bonito (CV_1446/04), registrado em 19.03.2009;

Realização de uma visita final com a emissão de um parecer final de obra do convênio do orçamento de 2004 - visita e parecer técnico final do município de Bonito (CV_1446/04), registrada em 19.03.2009.

Resultados Alcançados:

- Conclusão da obra do processo do município de Bonito (CV_1446/04) executado em 100,00%, beneficiando uma população de aproximadamente 12.902 habitantes (2.580 famílias);

- Formalização, análise, acompanhamento e emissão de parecer técnico em 03 (três) convênios.

Fatores que Prejudicaram o Alcance dos Resultados:

- Baixa qualidade dos projetos apresentados pelos proponentes, o que compromete a qualidade dos diagnósticos e a velocidade na resolução das pendências, culminando com o atraso na execução das obras para beneficiar as populações;
- Dificuldade dos convenentes (Prefeituras Municipais e Governo do Estado) em obter licenças ambientais e documentação comprobatória de posse dos terrenos onde serão executadas as obras, a fim de permitir a aprovação técnica dos projetos;
- Quadro de engenheiros reforçado ao longo do exercício, porém sem condições até o momento de realizar cursos de nivelamento e capacitação, para atuação nas áreas específicas de acompanhamento de convênios de saneamento;
- Dificuldades logísticas relativas às longas distâncias entre os municípios a serem vistoriados, malha viária em condições precárias e disponibilidade irregular de veículos, motoristas e recursos para custeio das viagens.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Contratação de novos profissionais ao longo do exercício de 2009, que permitiu a melhor distribuição da carga de trabalho, desonerando os engenheiros do quadro permanente de novos processos, além de redistribuição de processos antigos;
- Apoio da Coordenação Regional e da Presidência da FUNASA, disponibilizando técnicos do Núcleo Central (DENSP) e mesmo de outras Coordenações Regionais (CORE-MG), para análise e parecer técnico de processos do PAC, priorizando assim a área de convênios.

Programa 0150: Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Ação 6140 - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas.

Subação - Implementação das ações de Vigilância Alimentar e Nutricional nas Áreas Indígenas

Atividades Desenvolvidas:

- Acompanhamento do estado nutricional de crianças menores de 5 (cinco) anos de idade;
- Acompanhamento do estado nutricional de gestantes;

- Acompanhamento da administração de Vitamina A de 100.000 UI para crianças de 6 a 11 meses;
- Acompanhamento da administração de Vitamina A de 200.000 UI para crianças de 12 a 59 meses;
- Distribuição de cestas de alimentos para os 06 Pólos Base;
- Supervisão das atividades desenvolvidas pelo programa nos 06 Pólos Base.

Resultados Alcançados:

- Suplementação de 235 crianças de 6 a 11 meses com cápsula de vitamina A;
- Suplementação de 1.431 crianças de 12 a 59 meses com cápsula de vitamina A;
- Acompanhamento do estado nutricional de 7.653 crianças menores de 5 anos de idade;
- Acompanhamento do estado nutricional de 892 gestantes;
- Distribuição de 4.936 (quatro mil e novecentos e trinta e seis) cestas de alimentos em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, e Companhia de Abastecimento, CONAB, nos 06 pólos base, para as famílias que possuem crianças com risco de desnutrição, na faixa etária de 0 a 5 anos, gestantes desnutridas e pacientes com tuberculose.

Fatores que Prejudicaram o Alcance dos Resultados:

- Descumprimento da carga horária, por alguns profissionais da EMSI, ocasionando baixa cobertura do programa;
- Ausência do registro, de forma sistemática, das ações desenvolvidas, acarretando sub-notificação dos resultados alcançados;
- Descontinuidade na disponibilização de transporte para deslocamento das equipes para as aldeias.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Articulação e bom relacionamento entre a equipe técnica do DSEI e DESAI;
- Parceria intra- setorial e com os chefes de pólo;
- Receptividade por parte dos profissionais de enfermagem das EMDS, sobre as atividades do programa.
- Aceitação do programa pelos indígenas.

Ação 8743 - Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena.

Esta ação possui 05(cinco) subações, as quais serão analisadas, individualmente, a seguir:

Subação1 - Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas

Atividades Desenvolvidas:

- Realização de ações educativas nas aldeias indígenas;
- Assessoria técnica ao Dsei e EMSI no planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de educação em saúde.

Resultados Alcançados:

- Realização de Oficina para construção do I Fórum de Saúde Indígena na aldeia de Brejo do Burgo;
- Desenvolvimento de atividades educativas na aldeia de Mirandela;
- Definição das estratégias a serem adotadas no desenvolvimento das ações educativas no Projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário da aldeia de Masacará;
- Construção do Programa de Educação em Saúde e pactuação com os municípios nas aldeias de Pambu, Altamira , Missão Velha e Truká;
- Mobilização social para o dia “D” combate a Dengue na aldeia de Morrinhos.
- Participação em Feira de Saúde realizada na aldeia Tuxá no pólo base de Ibotirama;
- Assessoria ao município de Banzaê para definição das estratégias a serem adotadas no desenvolvimento das atividades educativas;
- Assessoria técnica ao DSEI para realização de reunião técnica administrativa no município de Euclides da Cunha.

Fatores que Prejudicaram o Alcance dos Resultados:

- Rotatividade dos representantes das instituições parceiras.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Participação das comunidades indígenas e instituições parceiras no desenvolvimento das ações educativas;
- Envolvimento dos técnicos dos diversos setores na realização das ações educativas visando assegurar a qualidade da prestação do serviço da saúde indígena

Subação2 - Implementação das Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança Indígena.

Atividades Desenvolvidas:

- Acompanhamento de crianças menores de 5 anos no Programa de Crescimento e Desenvolvimento;
- Realização do exame do pezinho em recém-nascidos;
- Tratamento dos casos de diarreia diagnosticados em menores de 5 anos;
- Tratamento dos casos de infecção respiratória diagnosticados em menores de 5 anos;
- Inscrição de gestantes até o primeiro trimestre de gestação no programa de pré- natal;
- Assistência a gestantes durante o pré natal;
- Realização dos Exames do Programa de Controle do Câncer Cérvico Uterino nas Mulheres em Idade Fértil;

Resultados Alcançados:

- Inscrição e acompanhamento de 2583 crianças menores de 5 anos de idade no Programa de Crescimento e Desenvolvimento;
- Realização de 165 exames de pezinho em recém nascidos;
- 345 casos de diarreia diagnosticados e tratados em menores de 5 anos de idade;
- 483 casos de infecção respiratória diagnosticados e tratados em menores de 5 anos de idade;
- Inscrição de 126 Gestantes até o 1º Trimestre de Gestação no Programa do Pré-Natal.
- Assistência a 307 gestantes durante o pré-natal;
- Realização de exames do Programa de Controle do Câncer Cérvico Uterino em 1896 mulheres em idade fértil.

Fatores que Prejudicaram o Alcance dos Resultados:

- Insuficiência de veículos para o deslocamento das EMDSI ;
- Insuficiência de medicamentos;
- Falta de capacitação das EMDSI em pré-natal e PCCU;
- Baixa adesão das mulheres ao PCCU;

- Demora dos resultados dos exames laboratoriais de rotina quando são realizados pelo município;
- Dificuldade de realizar ultrassom durante o pré natal.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Aceitação do Programa pelas comunidades indígenas;
- ;Comprometimento dos profissionais das EMDSI.;
- Realização de exames preventivos em alguns postos de saúde.

Subação3 - Implementação de ações de atenção à saúde bucal para a população indígena.

Atividades Desenvolvidas:

- Aplicação de flúor em crianças
- Aplicação de selante em crianças
- Realização de atendimento a gestantes
- Realização de atendimento em adultos
- Orientação as crianças quanto às técnicas de escovação
- Orientação as gestantes quanto às técnicas de escovação

Resultados Alcançados:

- 3645 crianças com aplicação de flúor;
- 157 crianças com aplicação de selante;
- 87 gestantes atendidas;
- 5512 adultos atendidos;
- 4763 crianças orientadas quanto a técnica de escovação;
- 79 Gestantes orientadas quanto a técnica de escovação;

Fatores que Prejudicaram o Alcance dos Resultados:

- Falta de manutenção nos aparelhos odontológicos;
- Ausência de odontólogo em alguns postos de saúde;;
- Falta de referência para odontologia, principalmente endodontia e peridontia;
- Carência de alguns matérias, principalmente anestésico, materiais restauradores.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Recebimento de insumos de saúde bucal realização de atividades coletivas, como escova dental adulto e infantil, fio dental e creme dental;
- Parceria com os municípios no que se refere a encaminhamento de pacientes

Subação4 - Implementação das ações de controle da Tuberculose nas áreas indígenas.

Atividades Desenvolvidas:

- Identificação de sintomáticos respiratórios, através da busca ativa;
- Tratamento dos casos de tuberculose;
- Realização de exames nos contatos de tuberculose.

Resultados Alcançados:

- 52 sintomáticos respiratórios identificados, através da busca ativa;
- 12 casos de tuberculose diagnosticados;
- 06 casos de tuberculose tratado em 2009;
- 19 contatos de tuberculose examinados

Fatores que Prejudicaram o Alcance dos Resultados:

- Carência de treinamento;
- Dificuldade de realizar o exame de baciloscopia em alguns municípios;
- Abandono do tratamento por alguns pacientes;
- Ausência de referência.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Interesse das EMDSI;
- Parceria com as secretarias municipais de saúde.

Subação5 - Implementação das ações de imunizações nas aldeias.

Atividades Desenvolvidas:

- Realização da Campanha de Poliomielite nos 06 (seis) Pólos Base;
- Realização da Campanha de Influenza nos 06 (seis) Pólos Base;
- Imunização de 503 crianças no 1º mês de vida - BCG;
- Imunização de 303 crianças menores de ano - Tetravalente;

- Imunização de 303 crianças menores de ano - Hepatite B;
- Imunização de 303 crianças menores de ano - Pólio;
- Imunização de 153 crianças menores de ano - Febre Amarela;
- Imunização de 322 crianças de 1 ano a menor de 5 anos – Tetravalente/DPT;
- Imunização de 315 crianças de 1 ano a menor de 5 anos – Hepatite B;
- Imunização de 324 crianças de 1 ano a menor de 5 anos – Pólio;
- Imunização de 338 crianças de 1 ano a menor de 5 anos – Febre Amarela;
- Imunização de 966 crianças de 1 ano a menor de 5 anos – Varicela;
- Imunização de 676 crianças de 1 ano a menor de 5 anos – Tríplice Viral;
- Imunização de 820 crianças de 1 ano a menor de 5 anos – Pneumococos;
- Imunização de 6541 mulheres em idade fértil – dt;
- Imunização de 6541 mulheres em idade fértil - Tríplice Viral 2ª dose;
- Imunização de 6541 mulheres em idade fértil - Hepatite B;
- Imunização de 585 idosos maior de 60 em influenza.

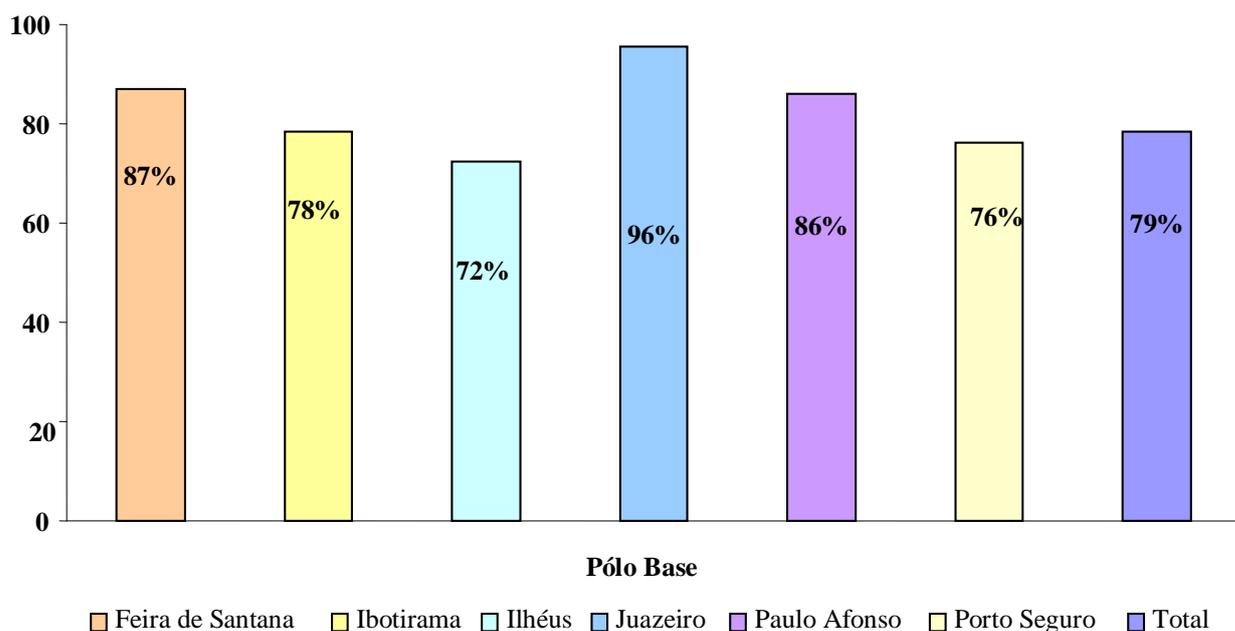
Resultados Alcançados:

- Alcance de 79% (setenta e nove por cento) na Campanha de Poliomielite.

Ressalta-se que algumas aldeias são urbanas, a título de exemplo, Coroa vermelha e Olivença, e geralmente as crianças oriundas destas aldeias são vacinadas nos postos de saúde do município, que são de fácil acesso, e não comparece ao posto de vacinação indígena, principalmente no caso da campanha de poliomielite, vez que esta não foi uma ação exclusiva para os indígenas, vez que foi realizada na mesma data da Campanha Nacional contra Poliomielite promovida pelo Ministério da Saúde.

A seguir, está apresentado no gráfico e tabelas os dados de cobertura da referida campanha:

Gráfico I - Percentual de Cobertura da Campanha de Vacinação Contra Poliomielite, por Pólo Base e Total do DSEI, COREBA, 2009.



Os Pólos Base que alcançaram o maior índice de cobertura foi o de Juazeiro com 96% (noventa e seis por cento), Feira de Santana com 87% (oitenta e sete por cento) e Paulo Afonso com 86% (oitenta e seis por cento). Os demais alcançaram praticamente a mesma cobertura: 78% (setenta e oito por cento) Ibotirama, 76% (setenta e seis por cento) Porto Seguro e 72% (setenta e dois por cento) Ilhéus.

Tabela I - Cobertura da Campanha de Vacinação Contra Poliomielite, por População e Número de Doses Aplicadas por Faixa Etária, Pólo Base de Feira Santana, DSEI, COREBA, 2009.

Faixa Etária	População	Nº. Doses Aplicadas	% Cobertura
Menor Ano	60	60	100
1 Ano	107	91	85
2 Anos	98	79	81
3 Anos	103	91	88
4 Anos	93	80	86
Total	461	401	87

Fonte: Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado da Bahia.

O PB de Feira de Santana alcançou a cobertura total de 87% (oitenta e sete por cento), sendo que de 100% (cem por cento) na faixa etária de menor de ano e nas demais acima de 80% (oitenta por cento) e inferior a 90% (noventa por cento), o que denota uma boa taxa de cobertura da poliomielite.

Tabela II - Cobertura da Campanha de Vacinação Contra Poliomielite, por População e Número de Doses Aplicadas por Faixa Etária, Pólo Base de Ibotirama, DSEI,COREBA, 2009.

Faixa Etária	População	Nº. Doses Aplicadas	% Cobertura
Menor Ano	15	15	100
1 Ano	27	20	74
2 Anos	32	24	75
3 Anos	26	19	73
4 Anos	34	27	79
Total	134	105	78

Fonte: Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado da Bahia.

O PB de Ibotirama alcançou a cobertura total de 78% (setenta e oito por cento), sendo que de 100% (cem por cento) na faixa etária de menor de ano e nas demais acima de 70% (setenta por cento) e inferior a 80% (oitenta por cento), o que demonstra uma cobertura satisfatória da poliomielite.

Tabela III - Cobertura da Campanha de Vacinação Contra Poliomielite, por População e Número de Doses Aplicadas por Faixa Etária, Pólo Base de Ilhéus, DSEI, COREBA, 2009.

Faixa Etária	População	Nº. Doses Aplicadas	% Cobertura
Menor Ano	111	90	81
1 Ano	178	108	61
2 Anos	160	135	84
3 Anos	182	132	73
4 Anos	211	144	68
Total	842	609	72

Fonte: Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado da Bahia.

O PB de Ilhéus alcançou a cobertura total de 72% (setenta e dois por cento), sendo que de 81% (oitenta e um por cento) e 84% (oitenta e quatro por cento) na faixa etária de menor de ano e dois anos de idade respectivamente, o que representa bom alcance da cobertura, as crianças de três anos tiveram uma cobertura satisfatória de 73% (setenta e três por cento), enquanto que na de um e quatro anos a cobertura foi razoável, alcançando o percentual de 61% (sessenta e um por cento) e de 68% (sessenta e oito por cento) respectivamente.

Tabela IV - Cobertura da Campanha de Vacinação Contra Poliomielite, por População e Número de Doses Aplicadas por Faixa Etária, Pólo Base de Juazeiro, DSEI, COREBA, 2009.

Faixa Etária	População	Nº. Doses Aplicadas	% Cobertura
Menor Ano	31	31	100
1 Ano	29	29	100
2 Anos	34	34	100
3 Anos	33	32	97
4 Anos	34	28	82
Total	161	154	96

Fonte: Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado da Bahia.

O PB de Juazeiro alcançou a cobertura total de 96% (noventa e seis por cento), sendo que de 100% (cem por cento) na faixa etária de menor de ano a dois anos de idade e de 97% (noventa e sete por cento) na faixa etária de três anos de idade e por fim 82% (oitenta e dois por cento) de cobertura para as crianças de quatro anos de idade. Estes resultados demonstram uma cobertura excelente da poliomielite.

Tabela V - Cobertura da Campanha de Vacinação Contra Poliomielite, por População e Número de Doses Aplicadas por Faixa Etária, Pólo Base de Paulo Afonso, DSEI,COREBA, 2009.

Faixa Etária	População	Nº Doses Aplicadas	% Cobertura
Menor Ano	58	58	100
1 Ano	42	42	100
2 Anos	57	51	90
3 Anos	63	47	75
4 Anos	65	47	72
Total	285	245	86

Fonte: Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado da Bahia.

A cobertura total da campanha de vacinação contra poliomielite no PB de Paulo Afonso foi muito boa, de 86% (oitenta e seis por cento), sendo de 100% (cem por cento) na faixa etária de menor de ano a um ano de idade, 90% (noventa por cento) na faixa etária de dois anos de idade e de 75% (setenta e cinco por cento) e de 72% (setenta e dois por cento) de cobertura para as crianças de três a quatro anos de idade respectivamente.

Tabela VI - Cobertura da Campanha de Vacinação Contra Poliomielite, por População e Número de Doses Aplicadas por Faixa Etária, Pólo Base de Porto Seguro, DSEI, COREBA, 2009.

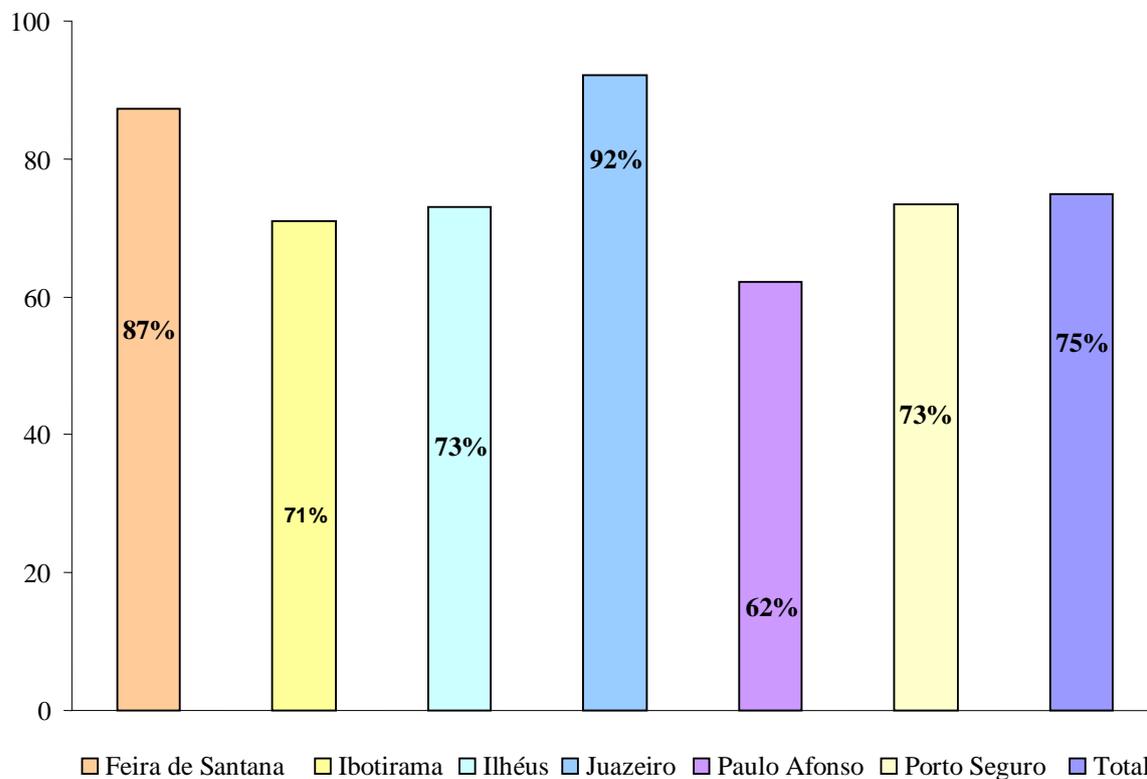
Faixa Etária	População	Nº. Doses Aplicadas	% Cobertura
Menor Ano	240	240	100
1 Ano	279	226	81
2 Anos	348	216	62
3 Anos	375	257	69
4 Anos	343	268	78
Total	1585	1207	76

Fonte: Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado da Bahia.

76% foi a cobertura total alcançada na campanha de vacinação contra poliomielite pelo PB de Porto Seguro, sendo de 100% (cem por cento) em menor de ano, 81% (oitenta e um por cento) nas crianças de um ano, 62% (sessenta e dois por cento) e 69% (sessenta e nove por cento) respectivamente na faixa etária de dois e três anos de idade. 78% (setenta e oito por cento) foi o percentual de cobertura das crianças de quatro anos de idade.

- Alcance de 75% (setenta e cinco por cento) na Campanha de Influenza, cujos resultados está apresentado no gráfico e tabelas abaixo:

Gráfico II - Percentual de Cobertura da Campanha de Vacinação Contra Influenza, por Pólo Base e Total do DSEI COREBA, 2009.



O PB de Juazeiro foi o que atingiu o maior índice de cobertura 92% (noventa e dois por cento), seguido pelo de Feira de Santana com 87% (oitenta e sete por cento), o de Ilhéus e de Porto Seguro alcançaram 73% (setenta e três por cento), o de Ibotirama 71% (setenta e um por cento) e 62% o de Paulo Afonso.

Tabela VII - Cobertura da Campanha de Vacinação Contra Influenza, por População e Número de Doses Aplicadas por Faixa Etária, Pólo Base de Feira de Santana, DSEI,COREBA, 2009.

Faixa Etária	População	Nº. Doses Aplicadas	% Cobertura
Menor Ano	70	47	67
1 a 2 Anos	184	174	95
3 a 8 Anos	549	534	97
9 a 12 Anos	303	299	99
13 a 19 Anos	442	373	84
20 a 59 Anos	1148	911	79
Maior de 60 Anos	224	208	93
Total	2920	2546	87

Fonte: Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado da Bahia.

A cobertura total alcançada pelo PB de Feira de Santana foi de 87% (oitenta e sete por cento). As fixas etárias de 1 a 12 e maior de 60 anos de idade tiveram uma cobertura acima de 93% (noventa e três por cento), a de 13 a 19 e de 20 a 59 anos de idade alcançaram um percentual de 84% (oitenta e quatro por cento) e 79% (setenta e nove por cento) respectivamente. E a cobertura para menor de ano foi e 67% (sessenta e sete por cento).

Tabela VIII - Cobertura da Campanha de Vacinação Contra Influenza, por População e Número de Doses Aplicadas por Faixa Etária, Pólo Base de Ibotirama, DSEI, COREBA, 2009.

Faixa Etária	População	Nº Doses Aplicadas	% Cobertura
Menor Ano	20	14	70
1 a 2 Anos	51	42	82
3 a 8 Anos	158	98	62
9 a 12 Anos	96	87	90
13 a 19 Anos	163	112	69
20 a 59 Anos	460	316	69
Maior de 60 Anos	52	41	79
Total	1000	710	71

Fonte: Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado da Bahia.

71% (setenta e um por cento) foi a cobertura total alcançada pelo PB de Ibotirama, As faixas etárias de 1 a 2 e de 9 a 12 anos de idade tiveram uma cobertura acima de 80% (oitenta por cento) e as de menor de ano e de 13 a 59 anos de idade alcançaram a cobertura de praticamente 70% (setenta por cento). Enquanto que as de 3 a 8 anos de idade atingiu o percentual de 62% (sessenta e dois por cento).

Tabela IX - Cobertura da Campanha de Vacinação Contra Influenza, por População e Número de Doses Aplicadas por Faixa Etária, Pólo Base de Ilhéus, DSEI, COREBA, 2009.

Faixa Etária	População	Nº. Doses Aplicadas	% Cobertura
Menor Ano	111	97	87
1 a 2 Anos	340	247	73
3 a 8 Anos	1001	909	91
9 a 12 Anos	560	506	90
13 a 19 Anos	917	626	68
20 a 59 Anos	3078	2041	66
Maior de 60 Anos	452	297	66
Total	6459	4723	73

Fonte: Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado da Bahia.

As faixas etárias de menor de ano e de 3 a 12 anos de idade alcançaram uma cobertura superior a 80% (oitenta por cento), enquanto que nas 13 a maior de 60 anos de idade o percentual atingido foi entre 66% (sessenta e seis por cento) e 68% (sessenta e oito por cento) e na de 1 a 2 anos de idade o percentual de cobertura foi de 73% (setenta e três por cento), sendo que este percentual foi o igual ao da cobertura total alcançado pelo PB de Ilhéus.

Tabela X - Cobertura da Campanha de Vacinação Contra Influenza, por População e Número de Doses Aplicadas por Faixa Etária, Pólo Base de Juazeiro, DSEI, COREBA, 2009.

Faixa Etária	População	Nº. Doses Aplicadas	% Cobertura
Menor Ano	43	43	100
1 a 2 Anos	92	87	95
3 a 8 Anos	291	290	100
9 a 12 Anos	164	149	91
13 a 19 Anos	299	266	89
20 a 59 Anos	818	733	90
Maior de 60 Anos	111	108	97
Total	1818	1676	92

Fonte: Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado da Bahia.

O PB de Juazeiro alcançou uma cobertura total de 92% (noventa e dois por cento) e todas as faixas etárias alcançaram um percentual de cobertura acima de 90% (noventa por cento).

Tabela XI - Cobertura da Campanha de Vacinação Contra Influenza, por População e Número de Doses Aplicadas por Faixa Etária, Pólo Base de Paulo Afonso, DSEL, COREBA, 2009.

Faixa Etária	População	Nº. Doses Aplicadas	% Cobertura
Menor Ano	43	27	63
1 a 2 Anos	97	95	98
3 a 8 Anos	405	285	70
9 a 12 Anos	297	231	78
13 a 19 Anos	438	249	68
20 a 59 Anos	1298	669	52
Maior de 60 Anos	230	190	83
Total	2808	1746	63

Fonte: Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado da Bahia.

O maiores de 60 anos e os de 1 a 2 anos de idade alcançaram uma cobertura acima de 80% (oitenta por cento), a de 3 a 8 anos e a de 9 a 12 nos de idade o percentual atingido foi de 70% (setenta por cento) e 78% (setenta e oito por cento) respectivamente nas de menor de ano e de 13 a 19 anos de idade o percentual foi de 63% (sessenta e três por cento) e 69% (sessenta e nove por cento). O percentual total do PB foi de 63% (sessenta e três por cento).

Tabela XII - Cobertura da Campanha de Vacinação Contra Influenza, por População e Número de Doses Aplicadas por Faixa Etária, Pólo Base de Porto Seguro, DSEL, COREBA, 2009.

Faixa Etária	População	Nº Doses Aplicadas	% Cobertura
Menor Ano	207	203	98
1 a 2 Anos	623	618	99
3 a 8 Anos	1959	1757	90
9 a 12 Anos	1283	1127	88
13 a 19 Anos	1735	1190	69
20 a 59 Anos	4520	2583	57
Maior de 60 Anos	430	414	96
Total	10757	7892	73

Fonte: Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado da Bahia.

As faixas etárias de menor de ano a 12 anos de idade e a de maior de 60 anos de idade alcançou um percentual de cobertura acima de 80% (oitenta por cento) e as de 13 a 19 anos e a de 20 a 59 anos de idade atingiu o percentual de 69% (sessenta e nove por cento) e 57% (cinquenta e sete por cento), sendo a cobertura total do PB de 73% (setenta e três por cento).

- Aplicação de 463 doses de BCG em menores de ano, alcançando um percentual de cobertura total de 92% (noventa e dois por cento);
- Aplicação de 268 doses de Tetravalente em crianças entre 6 a 11 meses de idade, alcançando um percentual de cobertura total de 89% (oitenta e nove por cento);
- Aplicação de 260 doses de Hepatite B em crianças entre 6 a 11 meses de idade, alcançando um percentual de cobertura total de 86% (oitenta e seis por cento);
- Aplicação de 270 doses de BCG em crianças entre 6 a 11 meses de idade, alcançando um percentual de cobertura total de 89% (oitenta e nove por cento);
- Aplicação de 136 doses de Febre Amarela em crianças entre 9 a 11 meses de idade, alcançando um percentual de cobertura total de 89% (oitenta e nove por cento);

- Aplicação de 253 doses de Tetravalente/DPT em crianças entre 1 a 4 anos de idade, alcançando um percentual de cobertura total de 79% (setenta e nove por cento);
- Aplicação de 282 doses de Hepatite B em crianças entre 1 a 4 anos de idade, alcançando um percentual de cobertura total de 89% (oitenta e nove por cento);
- Aplicação de 322 doses de BCG em crianças entre 1 a 4 anos de idade, alcançando um percentual de cobertura total de 83% (oitenta e três por cento);
- Aplicação de 311 doses de Febre Amarela em crianças entre 1 a 4 anos de idade, alcançando um percentual de cobertura total de 87% (oitenta e sete por cento);
- Aplicação de 804 doses de Varicela em crianças entre 1 a 4 anos de idade, alcançando um percentual de cobertura total de 75% (setenta e cinco por cento);
- Aplicação de 596 doses de Tríplice Viral em crianças entre 1 a 4 anos de idade, alcançando um percentual de cobertura total de 88% (oitenta e oito por cento);
- Aplicação de 698 doses de Pneumococos em crianças entre 2 a 4 anos de idade, alcançando um percentual de cobertura total de 85% (oitenta e cinco por cento);
- Aplicação de 5160 doses de dT(Dupla Adulto) em mulheres em idade fértil (10 a 49 anos de idade), alcançando um percentual de cobertura total de 79% (setenta e nove por cento);
- Aplicação de 1113 com 2º dose Tríplice Viral em mulheres em idade fértil (10 a 49 anos de idade), alcançando um percentual de cobertura total de 27% (vinte e sete por cento);
- Aplicação de 996 doses com Hepatite B em mulheres em idade fértil (10 a 49 anos de idade), alcançando um percentual de cobertura total de 39% (trinta e nove por cento);
- Aplicação de 1236 doses com INFLUENZA em igual ou maior de 60 anos de idade, alcançando um percentual de cobertura total de 80% (oitenta por cento).

Fatores que Prejudicaram o Alcance dos Resultados:

- Insuficiência de profissionais, ou seja, técnicos de enfermagem e enfermeiros para atender a demanda de rotina;
- Imunobiológicos especiais insuficientes para atender a demanda;
- Rotatividade de profissionais de saúde, onde muitos foram capacitados em sala de vacina e deixaram de trabalhar na área indígena;
- Difícil acesso as aldeias.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Parceria com a Secretaria Estadual e Municipais de Saúde;
- Envolvimento dos servidores na realização das campanhas de vacinação.

Programa 0750: Apoio Administrativo

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

Atividades Desenvolvidas:

- Recadastramento de todos os dependentes naturais e pensionistas;
- Descredenciamento dos beneficiários e seus dependentes naturais que não apresentaram a documentação comprobatória;
- Envio semanal para as regional da Capesesp relação dos novos servidores credenciados e descredenciados;
- Conferência mensal do número de beneficiários para pagamento do valor percapita.

Resultados Alcançados:

- Recadastramento dos titulares e dependentes dos servidores ativos, inativos e pensionistas no módulo Saúde suplementar do SIAPE.

Fatores que Facilitaram o Alcance dos Resultados:

- Encaminhamento, por parte dos servidores, dos documentos para a inclusão dos dependentes no sistema.

2.2. 2.Plano de Ação

Programa	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas			
0150				

Ação	Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	PPA	PAC	PO
6140		X		

Subação	Implementação das ações de Vigilância Alimentar e Nutricional nas Áreas Indígenas
----------------	--

Unidade Responsável	DSEI	Responsável pela Ação	Maria Valentine H. Souza	Prazo Final
				Dez/2009

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2009	Prazo	
				Início	Término
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 50% das crianças menores de 5 anos nos 06 Pólos Base	Percentual de cobertura alcançada	15,13	50,0	Jan	Dez
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 40% das gestantes nos 06 Pólos Base	Percentual de cobertura alcançada	7,05	40,0	Jan	Dez

Etapa Programada	Cronograma	
	Início	Término
Acompanhamento da administração de Vitamina A de 100.000 UI para crianças de 6 a 11 meses.	Jan	Dez
Acompanhamento da administração de Vitamina A de 200.000 UI para crianças de 12 a 59 meses.	Jan	Dez
Supervisionar e monitorar as ações de VAN nos 06 Pólos Base.	Mai	Dez
Apoiar as atividades de distribuição de cestas de alimentos nas aldeias, de acordo com o programa social nos 06 Pólos Base.	Mai	Dez

Custo da Ação (Orçamento 2009)	
Funcional Programática	Valor Orçamentário R\$
10.423.0150. 6140.0001	45.520,12
TOTAL	45.520,12

Programa	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas
0150	

Ação	Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena.	PPA	PAC
8743		X	

Subação	Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas
----------------	--

Unidade Responsável	ASCOM	Responsável pela Ação	Edilene Souza de Assis Mota	Prazo Final
				Dez/09

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2009	Prazo	
				Início	Término
Beneficiar aldeias com ações de educação em saúde e mobilização social na atenção integral à saúde dos Povos Indígenas	Aldeia beneficiada	01	02	Mar	Dez

Etapa Programada	Cronograma	
	Início	Término
Realizar ações educativas nas aldeias indígenas.	Mar	Dez
Assessorar tecnicamente o Dsei e EMSI no planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de educação em saúde.	Mai	Dez

Custo da Ação (Orçamento 2009)	
Funcional Programática	Valor Orçamentário R\$
10.423.0150.8743.0001	11.194,16
TOTAL	11.194,16

Programa	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas					
0150						
Ação	Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena			PPA	PAC	PO
8743				X		
Subação	Implementação das Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança Indígena					
Unidade Responsável	DSEI	Responsável pela Ação	Marli Conceição		Prazo Final	
					Dez/2009	

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2009	Prazo	
				Início	Término
Reduzir em 5% a mortalidade infantil indígena no DSEI	DSEI com Índice de redução alcançado	-	1	Jan	Dez
Garantir a disponibilização de exames citopatológicos cérvico-uterino para mulheres indígenas em idade fértil (25 a 59 anos) no DSEI.	DSEI com Exames Garantidos	-	1	Jan	Dez

Etapa Programada	Cronograma	
	Início	Término
Inscriver e acompanhar crianças menores de 5 anos no Programa de Crescimento e Desenvolvimento.	Jan	Dez
Realizar exame do pezinho em recém-nascidos.	Jan	Dez
Tratar os casos de diarreia diagnosticados em menores de 5 anos.	Jan	Dez
Tratar os casos de infecção respiratória diagnosticados em menores de 5 anos.	Jan	Dez
Inscriver de gestantes até o primeiro trimestre de gestação no programa de pré- natal	Jan	Dez
Assistir as gestantes durante o pré natal	Jan	Dez
Realizar os Exames do Programa de Controle do Câncer Cérvico Uterino nas Mulheres em Idade Fértil.	Jan	Dez

Custo da Ação (Orçamento 2009)	
Funcional Programática	Valor Orçamentário R\$
10.423.0150.8743.0001	24591,90
TOTAL	24591,90

Programa	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas
0150	

Ação	Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena.	PPA	PAC	PO
8743		X		
Subação	Implementação de ações de atenção à saúde bucal para a população indígena			

Unidade Responsável	DSEI	Responsável pela Ação	Maria Graziela C. Trocoli	Prazo Final
				Dez/2009

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2009	Prazo	
				Início	Término
Atingir a média de 2,0 procedimentos odontológicos assistenciais básicos, em pelo menos 50% dos Pólos.	Nº. de Pólos com média alcançada	0	2	Jan	Dez
Etapa Programada				Cronograma	
				Início	Término
Aplicar flúor em crianças				Jan	Dez
Aplicar selante em crianças				Jan	Dez
Realizar atendimento a gestantes				Jan	Dez
Realizar atendimento em adultos				Jan	Dez
Orientar as crianças quanto as técnicas de escovação				Jan	Dez
Orientar as gestantes quanto as técnicas de escovação				Jan	Dez
Realizar levantamento e análise dos recursos humanos e da capacidade instalada nos Pólos;				Jan	Dez
Avaliar a produção dos Odontólogos individualmente e produzir dois relatórios				Jul	Dez
Custo da Ação (Orçamento 2009)					
Funcional Programática				Valor Orçamentário R\$	
10.423.0150.8743.0001				82.407,90	
TOTAL				82.407,90	

Programa	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas		
0150			
Ação	Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	PPA	PAC
8743		X	

Subação	Implementação das ações de controle da Tuberculose nas áreas indígenas
----------------	---

Unidade Responsável	DSEI/BAHIA	Responsável pela Ação	Marli Florência da Conceição	Prazo Final
				Dez/09

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2009	Prazo	
				Início	Término
Detectar 80% dos sintomáticos respiratórios/SR nos 06 Pólos Base	Nº de SR detectado		80%	Jan	Dez
Alcançar o percentual de 90% de cura dos casos de Tuberculose diagnosticados nos 06 Pólos Base	Percentual de cura registrado		90%	Jan	Dez
Implementar o programa de Hanseníase nos 06 Pólos Base	06 Pólos com programa implantado	0	06	Jan	Dez

Etapa Programada	Cronograma	
	Início	Término
Identificação de sintomáticos respiratórios, através da busca ativa.	Jan	Dez
Tratamento dos casos de tuberculose	Jan	Dez
Realização de exames nos contatos de tuberculose.	Jan	Dez

Custo da Ação (Orçamento 2009)	
Funcional Programática	Valor Orçamentário R\$
10.423.0150.8743.0001	14.901,00
TOTAL	14.901,00

Programa	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas					
0150						
Ação	Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena			PPA	PAC	PO
8743				X		
Subação	Implementação das ações de imunizações nas aldeias					

Unidade Responsável	DSEI	Responsável pela Ação	Hildamar Velame	Prazo Final
				Dez/2009

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2009	Prazo	
				Início	Término
Alcançar, cobertura vacinal de 80% para as vacinas Tetravalente e Pólio oral em crianças < 1 ano de idade;	Índice de cobertura vacinal alcançado	80%	80%	Jan/09	Dez/09
Alcançar, cobertura vacinal de 80% para as vacinas Hepatite B e Tríplice Viral em crianças de 1 a – de 4 anos de idade;	Índice de cobertura vacinal alcançado	80%	80%	Jan/09	Dez/09
Alcançar, cobertura vacinal de 70% para as vacinas Tríplice Viral e Dupla Adulto em MIF (10 - 49 anos) ;	Índice de cobertura vacinal alcançado	70%	70%	Jan/09	Dez/09
Alcançar 60%, de pessoas com esquema vacinal completo;	Índice de cobertura vacinal alcançado	60%	60%	Jan/09	Dez/09

Etapa Programada	Cronograma	
	Início	Término
Realizar Campanha de Poliomielite nos 06 (seis) Pólos Base.	Abril	agosto
Realizar Campanha de Influenza nos 06 (seis) Pólos Base.	Abril	agosto
Imunizar 503 crianças no 1º mês de vida - BCG.	Janeiro	Dezembro
Imunizar 303 crianças menores de ano - Tetravalente.	Janeiro	Dezembro
Imunizar 303 crianças menores de ano - Hepatite B.	Janeiro	Dezembro
Imunizar 303 crianças menores de ano - Pólio.	Janeiro	Dezembro
Imunizar 153 crianças menores de ano - Febre Amarela.	Janeiro	Dezembro
Imunizar 322 crianças de 1 ano a menor de 5 anos – Tetravalente/DPT.	Janeiro	Dezembro
Imunizar 315 crianças de 1 ano a menor de 5 anos – Hepatite B.	Janeiro	Dezembro
Imunizar 324 crianças de 1 ano a menor de 5 anos – Pólio.	Janeiro	Dezembro
Imunizar 338 crianças de 1 ano a menor de 5 anos – Febre Amarela.	Janeiro	Dezembro
Imunizar 966 crianças de 1 ano a menor de 5 anos – Varicela.	Janeiro	Dezembro

Etapa Programada	Cronograma	
	Início	Término
Imunizar 676 crianças de 1 ano a menor de 5 anos – Tríplice Viral.	Janeiro	Dezembro
Imunizar 820 crianças de 1 ano a menor de 5 anos – Pneumococos.	Janeiro	Dezembro
Imunizar 6541 mulheres em idade fértil – dt.	Janeiro	Dezembro
Imunizar 6541 mulheres em idade fértil - Tríplice Viral 2ª dose.	Janeiro	Dezembro
Imunizar 6541 mulheres em idade fértil - Hepatite B.	Janeiro	Dezembro
Imunizar 585 idosos maior de 60 em influenza.	Janeiro	Dezembro

Custo da Ação (Orçamento 2009)	
Funcional Programática	Valor Orçamentário R\$
10.423.0150.8743.0001	80.646,89
TOTAL	80.646,89

Programa	Serviços Urbanos de Água e Esgoto
0122	

Ação	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).	PPA	PAC	PO
10GD		X	X	

Unidade Responsável	DIESP	Responsável pela Ação	Ademar Zanini Júnior	Prazo Final
				Dez/2009

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2008	Prazo	
				Início	Término
Apoiar o beneficiamento de 3.548 famílias com a implantação e melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água.	Família Beneficiada	2.957	3.548	Jan	Dez

Etapa Programada	Cronograma	
	Início	Término
Receber processos de projetos técnicos de engenharia	Jan	Dez
Realizar pré-análise dos projetos técnicos de engenharia	Jan	Dez
Encaminhar à Presidência a pré-análise dos processos de projetos técnicos de engenharia	Jan	Dez
Definir técnicos analistas	Jan	Dez
Analisar projetos	Jan	Dez
Realizar visita técnica preliminar	Jan	Dez
Aprovar tecnicamente os projetos	Jan	Dez
Aprovação gerencial do projeto	Jan	Dez
Encaminhar à Presidência	Jan	Dez
Realizar visita de acompanhamento da execução da obra dos convênios de 2009	Jan	Dez
Custo da Ação (Orçamento 2009)		
Funcional Programática	Valor Orçamentário R\$	
10.512.0122.10GD.0001	16.511,65	
TOTAL	16.511,65	

Programa	Serviços Urbanos de Água e Esgoto
0122	

Ação	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	PPA	PAC	PO
10GE		X	X	

Unidade Responsável	DIESP	Responsável pela Ação	Ademar Zanini Júnior	Prazo Final
				Dez/2009

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2009	Prazo	
				Início	Término
Acompanhar a execução de convênios para a implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário.	Convênio Acompanhado	-	47	Jan	Dez

Etapa Programada	Cronograma	
	Início	Término
Receber processos de projetos técnicos de engenharia	Jan	Dez
Realizar pré-análise dos projetos técnicos de engenharia	Jan	Dez
Encaminhar à Presidência a pré-análise dos processos de projetos técnicos de engenharia	Jan	Dez
Definir técnicos analistas	Jan	Dez
Analisar projetos	Jan	Dez
Realizar visita técnica preliminar	Jan	Dez
Aprovar tecnicamente os projetos	Jan	Dez
Aprovação gerencial do projeto	Jan	Dez
Encaminhar à Presidência	Jan	Dez

Custo da Ação (Orçamento 2009)	
Funcional Programática	Valor Orçamentário R\$
10.512.0122.10GE.0001	4.389,72
TOTAL	4.389,72

Programa	Serviços Urbanos de Água e Esgoto
0122	

Ação	Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano	PPA	PAC
20AF		X	

Unidade Responsável	Diesp	Responsável pela Ação	Raimundo Braz da Silva Firmo	Prazo Final
				Dez/09

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2009	Prazo	
				Início	Término
Participar do processo de definição da implantação do laboratório de referência da qualidade da água para o consumo humano na cidade de Juazeiro/Ba.	Reunião	0	04	Abr	Dez

Etapa Programada	Cronograma	
	Início	Término
Participar de reuniões com os representantes dos municípios que fazem parte do Consórcio, da SEDUR e do DENSP/Presidência para discutir a implantação do laboratório de referência da qualidade da água para o consumo humano na cidade de Juazeiro/Ba.	Jan	Jun

Custo da Ação (Orçamento 2008)	
Funcional Programática	Valor Orçamentário R\$
10.512.0122.20AF.0001	2.783,25
TOTAL	2.783,25

Programa	Serviços Urbanos de Água e Esgoto			
0122				
Ação	Fomento à Educação em Saúde Voltada para Saneamento Ambiental	PPA	PAC	PO
6908		X		

Unidade Responsável	ASCOM	Responsável pela Ação	Edilene Souza de Assis Mota	Prazo Final Dez/2009
----------------------------	-------	------------------------------	-----------------------------	--------------------------------

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2007	Esperado 2008	Prazo	
				Início	Término
Beneficiar 60 municípios <i>conveniados</i> com a Funasa, com a implantação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos Projetos de saneamento.	Município Beneficiado	74	60	Mar	Nov

Etapa Programada	Cronograma	
	Início	Término
Definir ações e estratégias de mobilização sócio ambiental.	Jan	Dez
Sensibilizar e assessorar os gestores municipais no processo de construção do projeto de educação em saúde e mobilização social	Jan	Dez
Avaliar as ações do programa de educação em saúde e mobilização social nos municípios	Jan	Dez
Executar projeto de mobilização social na aldeia de Massacará	Jan	Dez
Custo da Ação (Orçamento 2009)		
Funcional Programática	Valor Orçamentário R\$	
10.541.0122.6908.0001	16.137,24	
TOTAL	16.137,24	

Programa	Serviços Urbanos de Água e Esgoto					
0122						
Ação	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos			PPA	PAC	PO
7652				X	X	
Unidade Responsável	DIESP	Responsável pela Ação	Ademar Zanini Júnior		Prazo Final	
					Dez/2009	

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2009	Prazo	
				Início	Término
Apoiar o beneficiamento de 800 famílias com a implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares, para Prevenção e Controle de Agravos.	Família Beneficiada	667	800	Jan	Dez
Etapa Programada				Cronograma	
				Início	Término
Receber processos de projetos técnicos de engenharia				Jan	Dez
Realizar pré-análise dos projetos técnicos de engenharia				Jan	Dez
Encaminhar à Presidência a pré-análise dos processos de projetos técnicos de engenharia				Jan	Dez
Definir técnicos analistas				Jan	Dez
Analisar projetos				Jan	Dez
Realizar visita técnica preliminar				Jan	Dez
Aprovar tecnicamente os projetos				Jan	Dez
Aprovação gerencial do projeto				Jan	Dez
Encaminhar à Presidência				Jan	Dez
Custo da Ação (Orçamento 2009)					
Funcional Programática				Valor Orçamentário R\$	
10.512.0122.7652.0001				113. 302,09	
TOTAL				113. 302,09	

Programa	Saneamento Rural			
1287				
Ação	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas	PPA	PAC	PO
3921		X	X	

Unidade Responsável	DIESP	Responsável pela Ação	Ademar Zanini Júnior	Prazo Final
				Dez/2009

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2009	Prazo	
				Início	Término
Acompanhar a execução de convênios para a implantação de melhorias habitacionais para o controle da doenças de chagas.	Convênio Acompanhado		78	Jan	Dez
Etapa Programada			Cronograma		
				Início	Término
Receber processos de projetos técnicos de engenharia				Jan	Dez
Realizar pré-análise dos projetos técnicos de engenharia				Jan	Dez
Encaminhar à Presidência a pré-análise dos processos de projetos técnicos de engenharia				Jan	Dez
Definir técnicos analistas				Jan	Dez
Analisar projetos				Jan	Dez
Realizar visita técnica preliminar				Jan	Dez
Aprovar tecnicamente os projetos				Jan	Dez
Aprovação gerencial do projeto				Jan	Dez
Encaminhar à Presidência				Jan	Dez
Realizar visita de acompanhamento da execução da obra dos convênios de 2009				Jan	Dez
Custo da Ação (Orçamento 2009)					
Funcional Programática			Valor Orçamentário R\$		
10.511.1287.3921.0001			17.165,59		
TOTAL			17.165,59		

Programa	Saneamento Rural						
1287							
Ação	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para Prevenção e Controle de Agravos				PPA	PAC	PO
7656					X	X	
Unidade Responsável	DIESP	Responsável pela Ação	Ademar Zanini Júnior			Prazo Final	
						Dez/2009	
Descrição da Meta		Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2009	Prazo		
					Início	Término	
Acompanhar a execução de convênios para a implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em áreas especiais – Quilombolas.		Convênio Acompanhado		35	Jan	Dez	
Etapa Programada					Cronograma		
					Início	Término	
Receber processos de projetos técnicos de engenharia					Jan	Dez	
Realizar pré-análise dos projetos técnicos de engenharia					Jan	Dez	
Encaminhar à Presidência a pré-análise dos processos de projetos técnicos de engenharia					Jan	Dez	
Definir técnicos analistas					Jan	Dez	
Analisar projetos					Jan	Dez	
Realizar visita técnica preliminar					Jan	Dez	
Aprovar tecnicamente os projetos					Jan	Dez	
Aprovação gerencial do projeto					Jan	Dez	
Encaminhar à Presidência					Jan	Dez	
Realizar visita de acompanhamento da execução da obra					Jan	Dez	
Emitir parecer final da obra.					Jan	Dez	

Custo da Ação (Orçamento 2009)	
Funcional Programática	Valor Orçamentário R\$
10.511.1287.7656.0001	17.454,97
TOTAL	17.454,97

Programa	Saneamento Rural
1287	

Ação	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	PPA	PAC	PO
7684		X	X	

Unidade	DIESP	Responsável pela Ação	Walter José Piauhy Falcão	Prazo Final
Responsável				Dez/2009

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2009	Prazo	
				Início	Término
Beneficiar 23 Aldeias com Saneamento Básico para Controle e Prevenção de Agravos.	Aldeia beneficiada	23	23	Jan	Dez

Etapa Programada	Cronograma	
	Início	Término
Aplicação de Recursos de Custeios para Manutenção e Operação das Ações de Saneamento	Jan	Dez
Aplicação de Recursos em Investimentos em obras de construção de poços tubulares e melhorias sanitárias e domiciliares (MSD)	Jul	Dez
Aquisição de equipamentos	Jul	Dez
Licitação das Obras	Jul	Dez
Conclusão das obras de exercícios anteriores.	Jul	Dez

Custo da Ação (Orçamento 2009)	
Funcional Programática	Valor Orçamentário R\$
10.511.1287.7684.0001	3.553.010,47
TOTAL	3.553.010,47

Programa	Resíduos Sólidos Urbanos			
8007				

Ação	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduo Sólidos em Municípios de até 50.000 habitantes, exclusive RIDE.	PPA	PAC	PO
10GG		X		

Unidade Responsável	DIESP	Responsável pela Ação	Ademar Zanini Júnior	Prazo Final Dez/2009
----------------------------	-------	------------------------------	----------------------	--------------------------------

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2009	Prazo	
				Início	Término
Acompanhar a execução de convênios para a implantação, ou melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 habitantes.	Comunidade beneficiada	-	17	Jan	Dez

Etapa Programada	Cronograma	
	Início	Término
Analisar projetos	Jan	Dez
Realizar visita técnica preliminar	Jan	Dez
Aprovar tecnicamente os projetos	Jan	Dez
Realizar visita de acompanhamento da execução da obra	Jan	Dez
Emitir parecer final da obra.	Jan	Dez

Custo da Ação (Orçamento 2009)	
Funcional Programática	Valor Orçamentário R\$
10.512.8007.10GG.0001	55.000,00
TOTAL	55.000,00

Programa	Apoio Administrativo
0750	

Ação	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	PPA	PAC
2004		X	

Subação	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados Públicos e seus Dependentes na Funasa

Unidade Responsável	Nais/Direh	Responsável pela Ação	Vera Cristina Rabelo Sant'Anna	Prazo Final
				Dez/09

Descrição da Meta	Unidade de medida	Índice 2008	Esperado 2009	Prazo	
				Início	Término
Beneficiar os servidores ativos, inativos, empregados públicos, contratados temporários e pensionistas com Assistência a Saúde Suplementar por meio do acompanhamento do cumprimento do objeto do convênio.	Pessoa beneficiada		5.016	Jan	Dez
Beneficiar os dependentes naturais com Assistência a Saúde Suplementar por meio do acompanhamento do cumprimento do objeto do convênio.	Pessoa beneficiada		8.484	Jan	Dez

Etapa Programada	Cronograma	
	Início	Término
Recadastramento de todos os dependentes naturais	Jan	Dez
Cadastramento dos beneficiários	Jan	Dez
Descredenciamento dos beneficiários e seus dependentes naturais	Jan	Dez
Envio semanal para as regionais da Capesesp da relação dos novos servidores credenciados e descredenciados	Jan	Dez
Conferência mensal do número de beneficiários para pagamento do valor percapita	Jan	Dez

Custo da Ação (Orçamento 2009)	
Funcional Programática	Valor Orçamentário R\$
10.301.0750.2004.0001	8.910.000,00
TOTAL	8.910.000,00

2.3. Programas e Ações sob a Responsabilidade da COREBA:

A seguir será apresentado a relação dos programas que constituem o PO 2009 da COREBA:

Programa	Denominação
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto
1287	Saneamento Rural
8007	Resíduos Sólidos Urbanos
0150	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas
0016	Gestão da Política de Saúde
750	Apoio Administrativo

Fonte: Plano Operacional 2009, COREBA

2.3. 1. Relação dos Programas e suas Principais Ações:

Com o objetivo de colaborar com o cumprimento da Missão da FUNASA e das Políticas Públicas de Governo a Coordenação Regional da Bahia executa os seguintes programas e ações de governo do Plano Plurianual, PPA, 2008 – 2011:

Programa 0122: Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Ações:

- 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE);
- 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE);
- 20AF - Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano;
- 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos e
- 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental.

Programa 1287: Saneamento Rural

Ações:

- 3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas);
- 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para prevenção e controle de agravos e
- 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos.

Programa 8007: Resíduos Sólidos Urbanos**Ação:**

- 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive RIDE.

Programa 0150: Proteção e Promoção dos Povos Indígenas**Ações:**

- 6140 - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas;
- 8743 - Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena.

Programa 0750: Apoio Administrativo**Ações**

- 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

A seguir, será apresentado características, em quadros demonstrativos, do Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto e das suas respectivas ações:

Quadro IV - Características do Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto, COREBA 2009.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.
Objetivo específico	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Gerente do programa	Leodegar da Cunha Tiscoski
Gerente executivo	Márcio Galvão Fonseca
Responsável pelo programa no âmbito da Unidade	William Dell'Oso
Público-alvo (beneficiários)	População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em área de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

Quadro V - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), COREBA, 2009.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição	Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Coordenação Geral de Engenharia e Arquitetura - CGEAR

Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO IX - Art. 75.
---	---

Quadro VI - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), COREBA, 2009.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando a prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição	Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP

Quadro VII - Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano, COREBA, 2009

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando a melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição	Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional

Quadro VIII - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos COREBA, 2009.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.
Descrição	Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP

Quadro IX - Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental, COREBA 2009.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
Descrição	As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais/comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações

	permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
Unidade Executora	Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde - ASCOM

Dados Gerais do Programa de Saneamento e Rural e de suas respectivas Ações:

Quadro X - Características do Programa 1287, Saneamento Rural, COREBA, 2009.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população
Objetivos específicos	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.
Gerente do programa	Francisco Danilo Forte
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Jose Raimundo Machado dos Santos
Público-alvo (beneficiários)	População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta

Quadro XI - Características da Ação 3921, Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas, COREBA, 2009.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Melhorar as condições físicas e sanitárias das habitações, tornando-as refratárias à colonização de triatomíneos contribuindo para controle da doença de Chagas..
Descrição	A ação visa melhorar as condições físico-sanitárias da casa por meio de restauração(reforma) ou reconstrução; a restauração compreende, dentre os principais serviços, os seguintes: reboco das paredes internas e externas e pintura das mesmas; calçada de proteção em torno da casa; cobertura com materiais adequados; piso cimentado ou de madeira; recuperação de abrigo de animais e depósitos; substituição de cercas; e implantação e/ou recuperação de instalações sanitárias; nos casos em que as casas não suportarem reformas, as mesmas serão demolidas e reconstruídas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos

Unidades Executoras	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP
----------------------------	---

Quadro XII - Características da Ação 7656, Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para prevenção e controle de agravos, COREBA, 2009.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Propiciar resolubilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição	Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP

Quadro XIII - Características da Ação 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos, COREBA, 2009.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição	Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP

Caracterização do Programa de Resíduos Sólidos Urbanos, e de sua respectiva ação.

Quadro XIV - Características do Programa 8007, Resíduos Sólidos Urbanos, COREBA, 2009.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais
Objetivos específicos	Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores.
Gerente do programa	Vicente Andreu Guillo
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Público-alvo (beneficiários)	População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.

Quadro XV - Características da Ação 10GG, Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive RIDE, COREBA, 2009.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
Descrição	A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de

	resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública da Funasa - DENSP

Caracterização do Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, e de suas respectivas ações.

Quadro XVI - Características do Programa 0150, Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, COREBA, 2009.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista
Objetivos específicos	Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral
Gerente do programa	Márcio Augusto Freitas de Meira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Wanderley Guenka
Público-alvo (beneficiários)	Sociedades Indígenas

Quadro XVII - Características da Ação 6140, Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, COREBA, 2009.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Combater a desnutrição na população indígena
Descrição	Cadastramento das famílias indígenas no Cadastro Único; dotação extensiva de equipamento adequado para atenção alimentar e nutricional. Fomentar a alimentação saudável de acordo com as especificidades etno-culturais. Contribuir na formulação e implantação das políticas intersetoriais de segurança alimentar, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Garantir a inclusão das populações indígenas nos instrumentos governamentais visando uma alimentação saudável e compatível com sua cultura.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde

Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Departamento de Saúde Indígena - DESAI

Quadro XVIII - Características da Ação 8743, Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena, COREBA, 2009.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas
Descrição	Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos polos base e das casas de saúde do índio- CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Departamento de Saúde Indígena - DESAI

Caracterização do Programa Apoio Administrativo, e de suas ações.

Quadro XIX - Características do Programa 0750, Apoio Administrativo, COREBA, 2009.

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Não Definido
Objetivos específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do programa	Não se aplica
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Carlos Luiz Barroso Junior
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Quadro XX - Características da Ação 2004, Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, COREBA, 2009.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora	Departamento de Administração - DEADM

2.3. 2. Áreas Responsáveis pela Condução dos Programas e Ações:

A seguir, está demonstrado, em quadros, as unidades organizacionais da COREBA que possuem responsabilidade direta na execução dos Programas e Ações de Governo.

Quadro XXI – Unidades Organizacionais Responsáveis pelo Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto e por suas Respectivas Ações, COREBA, 2009.

Programa/Ação	Unidade Organizacional Responsável
Programa 0122: Serviços Urbanos de Água e Esgoto	DIESP/ASCOM
Ação 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE);	DIESP
Ação 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE);	DIESP
Ação 20AF - Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano;	DIESP

Ação 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos e	DIESP
Ação 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental.	ASCOM

Quadro XXII – Unidades Organizacionais Responsáveis pelo Programa Saneamento Rural e por suas Respectivas Ações, COREBA, 2009.

Programa/Ação	Unidade Organizacional Responsável
Programa 1287: Saneamento Rural	DIESP/ASCOM
Ação 3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas);	DIESP
Ação 4641 - Publicidade e Utilidade Pública	ASCOM
Ação 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para prevenção e controle de agravos e	DIESP
Ação 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos.	DIESP

Quadro XXIII – Unidades Organizacionais Responsáveis pelo Programa Resíduos Sólidos Urbanos e por suas Respectivas Ações, COREBA, 2009.

Programa/Ação	Unidade Organizacional Responsável
Programa 8007: Resíduos Sólidos Urbanos	DIESP
Ação 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive RIDE.	DIESP

Quadro XX IV – Unidades Organizacionais Responsáveis pelo Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas e por suas Respectivas Ações, COREBA, 2009.

Programa/Ação	Unidade Organizacional Responsável
Programa 0150: Proteção e Promoção dos Povos Indígenas	DSEI
Ação 6140 - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas;	DSEI
Ação 8743 - Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena.	DSEI

Quadro XXV – Unidades Organizacionais Responsáveis pelo Programa Apoio Administrativo e por suas Respectivas Ações, COREBA, 2009.

Programa/Ação	Unidade Organizacional Responsável
Programa 0750: Apoio Administrativo	DIREH
Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	NAIS
Ação 2000 - Administração da Unidade	NAIS

2.3. 3. Considerações sobre o Atingimento das Metas Físicas e Financeiras.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
									Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	512	0122	20AF	A	Acompanhar a implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Participar do processo de definição da implantação do laboratório de referência da qualidade da água para o consumo humano na cidade de Juazeiro/Ba.	Unidade	Reunião	04	04	2.783,25	2.679,99
10	541	0122	6908	A	Implantar ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de Saneamento.	Beneficiar 60 municípios conveniados com a Funasa, com a implantação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos Projetos de saneamento.	Unidade	Município Beneficiado	60	20	16.137,24	56.484,34
10	512	0122	7652	P	Acompanhar a implantação de melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	Apoiar o beneficiamento de 800 famílias com a implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares, para Prevenção e Controle de Agravos.	Unidade	Família Beneficiada	800	1.601	113.302,09	311.446,44

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
									Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	512	0122	10GD	P	Acompanhar a implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Apoiar o beneficiamento de 3.548 famílias com a implantação e melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água.	Unidade	Família Beneficiada	3.548	3.512	16.511,65	45.344,92
10	512	0122	10GE	P	Acompanhar a implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Acompanhar a execução de convênios para a implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário.	Unidade	Convênio Acompanhado.	47	28	4.389,72	500
10	511	1287	3921	P	Acompanhar a implantação de Melhorias Habitacionais para o Controle de Doença de Chagas	Acompanhar a execução de convênios para a implantação de melhorias habitacionais para controle da doença de chagas.	Unidade	Convênio Acompanhado.	78	82	17.165,59	17.165,59

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
									Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	511	1287	7656	P	Acompanhar a implantação, ampliação ou melhorias do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para Prevenção e Controle de Agravos	Acompanhar a execução de convênios para a implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em Áreas Especiais-Quilombolas.	Unidade	Convênio Acompanhado.	35	17	17.454,97	47.927,03
10	511	1287	7684	P	Implementar o Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	Beneficiar 23 Aldeias com Saneamento Básico para Controle e Prevenção de Agravos.	Unidade	Aldeia beneficiada	17	17	3.553.010,47	2.546.231,95
10	512	8007	10GG	P	Acompanhar os convênios para a Implantação e Melhoria de Sistemas Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 habitantes, exclusive RIDE.	Acompanhar a execução de convênios para a implantação ou melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 habitantes.	Unidade	Convênio Acompanhado.	17	03	55.000,00	1.375,25
10	423	0150	6140	A	Implementação das ações de Vigilância Alimentar e Nutricional nas Áreas Indígenas	Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 50% das crianças menores de 5 anos nos 06 Pólos Base	Porcentagem	Percentual de cobertura alcançada	50%	36,9%	45.520,12	81.104,90
						Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 40% das gestantes nos 06 Pólos Base	Porcentagem	Percentual de cobertura alcançada	40%	35%		

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
									Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	423	0150	8743	A	Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas	Beneficiar aldeias com ações de educação em saúde e mobilização social na atenção integral à saúde dos Povos Indígenas	Unidade	Aldeia beneficiada	02	08	11.194,16	12.153,69
					Implementação das Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança Indígena	Reduzir em 5% a mortalidade infantil indígena no DSEI		DSEI com Índice de redução alcançado	01	-	24.591,90	
						Garantir a disponibilização de exames citopatológicos cervico-uterino para mulheres indígenas em idade fértil (25 a 59 anos) no DSEI.		DSEI com Exames Garantidos	01	-		
					Implementação de ações de atenção à saúde bucal para a população indígena	Atingir a média de 2,0 procedimentos odontológicos assistenciais básicos, em pelo menos 50% dos Pólos.		Nº. de Pólos com média alcançada	02		82.407,90	

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
									Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	423	0150	8743	A	Implementação das ações de controle da Tuberculose nas áreas indígenas	Detectar 80% dos sintomáticos respiratórios/SR nos 06 Pólos Base		Nº. de SR detectado	80%	25%	14.901,00	
						Alcançar o percentual de 90% de cura dos casos de Tuberculose diagnosticados nos 06 Pólos Base		Nº. de cura registrado	90%	55%		
					Implementação das ações de imunizações nas aldeias	Alcançar, cobertura vacinal de 80% para as vacinas Tetravalente e Pólio oral em crianças < 1 ano de idade;	Percentual	Índice de cobertura vacinal alcançado	80%	80%	80.646,89	17.027,84
						Alcançar, cobertura vacinal de 80% para as vacinas Hepatite B e Tríplice Viral em crianças de 1 a – de 4 anos de idade;			80%	89%		
Alcançar, cobertura vacinal de 70% para as vacinas Tríplice Viral e Dupla Adulto em MIF (10 - 49 anos) ;	70%	64%										
Alcançar 60%, de pessoas com esquema vacinal completo;	60%	60%										

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
									Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	301	0750	2004	A	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados Públicos e seus Dependentes na Funasa	Beneficiar os dependentes naturais com assistência a saúde suplementar por meio do acompanhamento do cumprimento do objetivo do convênio	Unidade	Pessoa Beneficiada	8484	8484	8.910.000,00	8.910.000,00
						Beneficiar os servidores ativos, inativos, empregados públicos, contratados temporários e pensionistas com Assistência a Saúde Suplementar por meio do acompanhamento do cumprimento do objeto do convênio			5.016	5.016		

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

Quadro XXVI - Identificação da Unidade Orçamentária (UO) Responsável pela Programação

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Coordenação Regional no Estado da Bahia	Core/BA	255005

Fonte:

Quadro XXVII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Programa de Trabalho		Grupo de Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Crédito Empenhado Liquidado	Valores Pagos
09272008901810001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	187.519,07	9.404,55	0,00	174.946,17
10122012222720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.890.644,45	1.890.644,45	1.804.182,71	1.803.742,26
		4 INVESTIMENTOS	116.528,00	116.528,00	11.240,00	11.240,00
10122015022720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	813.439,66	813.439,66	806.869,66	801.180,43
		4 INVESTIMENTOS	62.842,08	62.842,08	62.842,08	62.842,08
10122075020000001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	71.301,40	0,00	0,00	71.301,40
		3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.279.922,98	3.279.922,98	3.275.887,87	3.238.524,03
		4 INVESTIMENTOS	1.832,00	1.832,00	1.832,00	1.832,00
10122128722720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.554,93	52.554,93	52.554,93	52.554,93

10128001645720001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	94.795,69	94.795,69	94.795,69	94.795,69
10305144439940001	MODERNIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE - VIGISUS - NACIONAL	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.745,32	2.745,32	2.745,32	405,60
		4 INVESTIMENTOS	102.287,51	102.287,51	102.287,51	102.287,51
10423015061400001	VIGILANCIA E SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS POVOS INDIGENAS - NACIONAL	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	97.426,84	97.426,84	97.426,84	97.426,84
10423015087430001	PROMOCAO, VIGILANCIA, PROTECAO E RECUPERACAO DA SAUDE INDIGENA - NACIONAL	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.065.248,26	4.065.248,26	3.960.533,68	3.769.277,50
10511128776840001	SANEAMENTO BASICO EM ALDEIAS INDIGENAS P/PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS - NACIONAL	4 INVESTIMENTOS	2.671.737,22	2.671.737,22	494.663,96	494.663,96
10541012269080001	FOMENTO A EDUCACAO EM SAUDE VOLTADA PARA O SANEAMENTO AMBIENTAL - NACIONAL	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.112,09	55.112,09	55.112,09	55.112,09

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, SIAFI.

2.4.2. Execução Orçamentária

Quadro XXVIII - Empenhos, por Modalidade de Licitação, Liquidados, COREBA, 2008.

UG Executora	Modalidade de Licitação		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas
255005	03	Tomada de preço	15.327,65	15.327,65
255005	04	Concorrência	119.140,80	119.140,80
255005	06	Dispensa de licitação	323.949,00	289.999,48
255005	07	Inexigível	841.492,96	841.492,96
255005	08	Não se aplica	2.968.856,41	2.968.856,38
255005	09	Suprimento de fundos	703.223,54	703.222,83
255005	12	Pregão	5.133.434,83	4.539.765,90
Total			10.105.425,19	9.477.806,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, SIAFI.

Quadro XXIX - Empenhos, por Modalidade de Licitação, Liquidados, COREBA, 2009.

UG Executora	Modalidade de Licitação		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas
255005	02	Convite	125.505,27	22.693,30
255005	03	Tomada de preço	2.546.231,95	471.970,66
255005	04	Concorrência	90.622,72	90.622,72
255005	06	Dispensa de licitação	1.118.846,38	1.105.125,38
255005	07	Inexigível	855.501,16	855.501,16
255005	08	Não se aplica	3.912.833,46	3.902.702,70
255005	09	Suprimento de fundos	654.086,74	654.086,74
255005	12	Pregão	4.012.893,90	3.720.271,68
Total			13.316.521,58	10.822.974,34

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, SIAFI.

Quadro XXX – Movimentação Orçamentária, por Grupo de Despesa e Elemento de Despesa, e Restos a Pagar não Processados, COREBA, 2008.

Grupo de Despesa	Elemento de Despesa	Empenhos Emitidos	Despesas Empenhadas	Crédito Empenhado Liquidado	Provisão Recebida	Valores Pagos	Restos a Pagar não processados Inscritos	
1	08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	105.528,90		105.528,90	105.528,90	0,00	
	91	SENTENCAS JUDICIAIS	66.457,92		66.457,92	66.457,92	0,00	
3	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.977.122,73	1.977.122,73	1.977.122,73	1.988.830,23	1.977.122,73	0,00
	30	MATERIAL DE CONSUMO	857.529,69	857.529,69	627.011,72	874.992,77	612.286,92	32.241,59
	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	370.655,72	370.655,72	370.655,72	371.518,75	370.655,72	0,00
	36	SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	105.142,37	105.142,37	105.142,37	108.883,93	105.142,37	0,00
	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.724.413,90	1.724.413,90	1.724.413,90	1.724.413,90	1.574.639,83	35.301,25
	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	4.119.143,25	4.119.143,25	3.950.616,96	4.120.999,93	3.790.699,92	25.556,00
	47	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	847,62	847,62	847,62	1.210,03	828,48	0,00

		92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	531.074,04	531.074,04	531.074,01	531.239,00	531.074,01	0,00
		93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	60.719,77	60.719,77	60.719,77	63.379,32	60.427,17	0,00
4	INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB.	15.327,65	15.327,65	15.327,65	15.327,65	15.327,65	4.207.017,25
		52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	343.448,45	343.448,45	114.873,55	343.639,19	87.942,94	169.508,80

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, SIAFI.

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

No quadro abaixo está apresentado a evolução dos gastos gerais.

Quadro XXXI - Evolução dos Gastos Gerais

Descrição	Gastos		
	2007	2008	2009
Diárias no país	1.610.789,63	1.977.122,73	2.548.446,69
Passagens para o país	267.919,10	246.118,02	132.131,75
Diárias a colaboradores eventuais no país	84.440,55	48.578,17	339.365,17
Limpeza e conservação	363.401,24	423.111,83	438.254,13
Vigilância ostensiva	1.367.187,20	1.304.682,07	1.566.894,45
Fatura - cartão pagamento Governo Federal	-	310.367,10	495.042,03
Saque cartão pagamento Governo Federal	-	121.912,00	158.587,00
Suprimentos de fundos	414.021,27	703.223,54	654.086,74
Total	4.107.758,99	5.135.115,46	6.332.807,96

2.4.4. Indicadores de Desempenho

Tendo em vista a necessidade de aprimoramento do processo de planejamento, bem como da institucionalização dos mecanismos e ferramentas que visam à melhoria da gestão,

a Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação, de acordo com suas competências regimentais, vem adotando, desde 2008, um Modelo de Relatório de Avaliação. Optou-se por dar ênfase aos resultados alcançados pelas áreas finalísticas e de gestão da instituição, ou seja, nos eixos “**Saneamento Ambiental, Saúde Indígena e Gestão**”, optando-se pela construção de indicadores de desempenho que possibilitem avaliar as ações programadas e estabelecer parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade.

O Relatório de Avaliação faz parte de um conjunto de estratégias que visam o aperfeiçoamento e fortalecimento do processo de planejamento criado no âmbito da Funasa e veio numa tentativa de preencher a lacuna existente entre o momento de monitoramento e o de análise, e a comunicação dos resultados.

Este instrumento gerencial foi elaborado visando avaliar os esforços empreendidos pela Core no alcance das metas definidas no Plano Operacional; demonstrar os resultados alcançados; subsidiar o processo de Prestação de Contas Anual e feitura do Relatório de Gestão, bem como possibilitar a correção de distorções na execução das ações.

Em 2009, foi criado o Comitê de Planejamento e Monitoramento da Funasa pela Portaria nº 517, de 08 de maio de 2009, com o objetivo de elaborar e monitorar o Plano Operacional de 2009, bem como avaliar os resultados alcançados e demonstrar o esforço empreendido para o alcance da missão institucional.

Uma vez criado o Comitê de Planejamento e Monitoramento da Funasa, composto por 31 membros com representação de todas as áreas técnicas da presidência, se iniciou a formação de um grupo de trabalho e procedeu-se a revisão do “cardápio” de indicadores propostos em 2008 no Relatório de Avaliação. A iniciativa foi amparada e reforçada pela Portaria nº. 202, que aborda, dentre outros assuntos, a necessidade de se estabelecer mecanismos (indicadores) capazes de medir o desempenho das coordenações regionais no tocante à execução das ações que estão sob sua responsabilidade.

Indicadores:

Indicador 1: Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC , 2007 a 2009.

Utilidade: Medir a execução física das obras do PAC

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Número de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão menor que 30% dividido pelo número de obras programadas nos convênios celebrados multiplicado por 100.

Método de aferição: Relatório do Sigesan

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Engenharia de Saúde Pública

Resultado do indicador no exercício: 100%

Indicador 2: Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC , 2007 a 2009.

Utilidade: Medir a execução física das obras do PAC

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Número de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão menor que 30% dividido pelo número de obras programadas nos convênios celebrados multiplicado por 100.

Método de aferição: Relatório do Sigesan, SISCON e SIAFI

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Engenharia de Saúde Pública

Resultado do indicador no exercício: 100%

Indicador 3: Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC, 2007 a 2009.

Utilidade: Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombolas com sistema de abastecimento de água implantado.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Número de comunidades remanescentes de quilombos com sistema de abastecimento de água implantado dividido pelo total da comunidade remanescentes de quilombos programados nos últimos 4 anos de PAC multiplicado por 100.

Método de aferição: Relatório Consolidado de atividades DENSP, Planilha de acompanhamento DIESP e programação pAC

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Engenharia de Saúde Pública

Resultado do indicador no exercício: 100%

Indicador 4: Percentual de domicílios com melhorias sanitárias domiciliares implantadas com recursos do PAC, 2007 a 2009.

Utilidade: Verificar o percentual de domicílios com melhorias sanitárias domiciliares implantadas.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Número de domicílios com melhoria sanitária domiciliar implantado dividido pelo total de domicílios programados nos últimos 4 anos multiplicado por 100.

Método de aferição: Relatório Sigesan

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Engenharia de Saúde Pública

Resultado do indicador no exercício: 96%

Indicador 5: Percentual de domicílios com melhorias habitacional para o controle da doença de chagas realizada com recursos do PAC

Utilidade: Aferir o percentual de domicílios com melhorias habitacional para o controle da doença de chagas realizada.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Número de domicílios com melhoria habitacional para o controle da doença de chagas realizada dividido pelo total de domicílios programados nos últimos 4 anos multiplicado por 100.

Método de aferição: Relatório Sigesan

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Engenharia de Saúde Pública

Resultado do indicador no exercício: 96%

Indicador 6: Média Percentual de crianças indígenas menores de 5 anos com acompanhamento do estado nutricional

Utilidade: Aferir o acompanhamento do estado nutricional de crianças indígenas menores de 5 anos

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Somatório do percentual de cobertura mensal dividido pelo número de crianças multiplicado por 100.

Método de aferição: Consolidação das informações do Sisvan

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DSEI

Resultado do indicador no exercício: 21,94%

Indicador 7: Média Percentual de gestantes indígenas com acompanhamento do estado nutricional

Utilidade: Aferir o acompanhamento do estado nutricional de gestantes indígenas.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Somatório do percentual de cobertura mensal dividido pelo número de gestantes multiplicado por 100.

Método de aferição: Consolidação das informações do Sisvan

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DSEI

Resultado do indicador no exercício: 41,2%

Indicador 8: Percentual de Pessoas com Esquema vacinal completo

Utilidade: Verificar o percentual de pessoas com esquema vacinal completo para sua faixa etária.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: número de pessoas com esquema vacinal completo dividido pelo total da população indígena multiplicado por 100.

Método de aferição: Consolidação das informações do Siasi

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DSEI

Resultado do indicador no exercício: 60,1%

3. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos

Quadro XXXII - Composição do Quadro de Recursos Humanos, COREBA, 2009

Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	Σ	Σ	Σ
Próprios	3.574	3.574	3.574
Requisitados	1	1	1
Celetistas	4	5	5
Cargos de livre provimento	19	20	20
Estatutários	17	20	20
Não Estatutários	2		
Terceirizados			
Total			

Quadro XXXIII - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	3.877							
2008	3.743							
2009	3.574	63.046.707,27	560.708,00	69.571.887,79	22.541.106,88	7.915.221,84		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2009	4	26.3589,99	0,00	0,00	0,00	0,00		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	2	0,00	NA	21965,00	0,00	0,00		
2008	2	0,00	NA	85628,23	0,00	0,00		
2009	2	0,00	NA	86652,21	0,00	0,00		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	1	0,00	NA	2802,48	0,00	0,00		
2008	1	0,00	NA	19401,84	0,00	0,00		
2009	1	0,00	NA	19.401,84	0,00	0,00		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	124	2105179,96	0	0,00	0	0,00	64	52.835,54
2008	124	2105179,96	0	0,00	0	0,00	42	137.698,00
2009	126	1989077,62	0	0,00	0	0,00	47	138.972,00

4. Inscrições de Restos A Pagar No Exercício E Os Saldos de Restos A Pagar de Exercícios Anteriores

Ano	Inscrição de RP Processados	RP Processados Cancelados	RP Processados Pagos	RP não-Processados Inscritos	RP não-Processados Reinscritos	RP não-Processados Cancelados	RP Não-Processados Pagos	RP não-Processados a Pagar
------------	------------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------------	-----------------------------------

2007	0,00	0,00	0,00	0,00	2.703.967,30	1.024.435,20	1.665.797,10	13.735,00
2008	351.658,26	-175,50	351.482,76	627.619,19	0,00	-102.736,43	455.392,43	69.490,33

5. Providências Adotadas para dar Cumprimento às Determinações e Recomendações do TCU

Relatório de Auditoria Anual de Contas nº. 224400

1. Gestão Operacional

1.2 Avaliação dos Resultados

Recomendação: 001

Desenvolver indicadores que permitam avaliar a efetividade dos resultados alcançados mediante as políticas adotadas quanto à nutrição dos indígenas.

Providências a serem Implementadas :

Os indicadores são desenvolvidos pela Presidência da FUNASA, no Departamento de Saúde Indígena. Desta forma a COREBA não tem como definir os parâmetros para acompanhamento.

Situação Atual:

A Presidência enviou para a COREBA os indicadores de desempenho a serem utilizados na avaliação do Programa de Vigilância e Segurança Alimentar dos Povos Indígenas.

2 Serviços Urbanos de Água e Esgoto

2.1 Apoio Gestão Sist. Saneam. Mun. Até 50mil Hab

Recomendação: 001

Utilizar dados que correspondam à realidade da Entidade quando do cálculo dos indicadores de desempenho, de forma a possibilitar a avaliação da missão institucional.

Providências a serem Implementadas :

O planejamento desta atividade foi realizado de acordo com a disponibilidade de recursos e orçamentários. Assim, foi planejado apenas a capacidade operacional a qual não representa 100% das necessidades. Desta forma, o planejamento foi executado em 100% o que permitiu o alcance dos indicadores de desempenho em 100% o que demonstra boa qualidade do planejamento das ações. O desenvolvimento das atividades é acompanhado mensalmente, através do sistema de acompanhamento dos convênios, cujos dados são utilizados para avaliação, os quais correspondem à realidade do que foi executado.

Situação Atual: Os dados utilizados para avaliação são os que estão registrados no sistema de acompanhamento de convênios.

6 Gestão De Recursos Humanos

6.1 Movimentação

Result. De Auditorias Sisac E Folha De Pgnto

Recomendação: 001

Providências a serem Implementadas :

Elaborar o levantamento dos valores pagos indevidamente.

Situação Atual:

Levantamento realizado, totalizando o valor de R\$ 26.185,50 (vinte e seis mil cento e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos). O servidor está efetuando o ressarcimento dos valores, conforme determinação do art.46 da Lei 8.112/90 com início em julho de 2009.

RECOMENDAÇÃO: 002

Identificar os responsáveis pelos atos praticados e aplicar as sanções legais previstas, tais como a Lei 8.112/90 e outros normativos afins.

Providências a serem Implementadas :

O ato administrativo em questão não gerou dano ao erário público, conforme parecer da auditoria interna da FUNASA, o que leva a isenção de qualquer tipo de punição.

Beneficiários de pensão com mais de dois benefícios.

RECOMENDAÇÃO: 001

Encaminhar os documentos comprobatórios da regularização das inconsistências apontadas.

Providências a serem Implementadas :

Encaminhar os documentos comprobatórios da regularização das inconsistências apontadas para a Controladoria – Geral da União.

Situação Atual:

Os documentos comprobatórios da regularização das inconsistências apontadas estão sendo encaminhados para a Controladoria – Geral da União.

RECOMENDAÇÃO: 002

Desenvolver ações para que os valores indevidos sejam devolvidos ao erário, caso confirme-se que nos casos apontados existem mais de dois benefícios.

Providências a serem Implementadas :

Efetuar solicitação ao Ministério dos Transportes, Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, e ao Ministério da Saúde o desconto dos valores recebidos indevidamente pela FUNASA.

Situação Atual:

A solicitação para o desconto dos pagamentos indevidos está sendo providenciada.

Servidores recebendo pagamentos de aposentadoria integral apesar da aposentadoria ser com proventos proporcional.

RECOMENDAÇÃO: 001

Implementar as ações assumidas, conforme expedientes citados (18/05/09 e 20/05/09), e, se for o caso, providenciar o devido ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente.

Providências a serem Implementadas :

Providenciar a análise dos processos de aposentadoria dos servidores, e caso as concessões dos servidores tenham sido proporcional, será realizado o levantamento para desconto e indenização ao erário, de acordo com o artigo 46 da Lei 8.112/90.

Situação Atual:

Os processos de aposentadoria dos servidores estão sendo revisados, e à medida que se constate alguma irregularidade na proporcionalidade da aposentadoria, estão sendo efetuados os respectivos descontos, de acordo com o artigo 46 da Lei 8.112/90.

Pagamentos irregulares na vantagem prevista no artigo 192 da Lei nº. 8.112/90.

Recomendação: 001

Implementar as ações assumidas, conforme expedientes citados, de 08/05/09, e, se for o caso, providenciar o devido ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente.

Providências a serem Implementadas :

Efetuar a alteração da SISTEMÁTICA 23 (vinte e três) para a de 63 (sessenta e três) da tabela 09 (nove), caso haja alguma irregularidade o desconto será efetuado.

Situação Atual:

A alteração da SISTEMÁTICA já foi realizada.

Laudo pericial apresentado não ampara todos os pagamentos de adicional de insalubridade.

Recomendação: 001

Providenciar a renovação do Laudo de Insalubridade em vigor, buscando cumprir a Orientação Normativa nº 4, de 13/07/2005, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, vistoriando todos os ambientes onde estejam atuando servidores dessa Unidade, a fim de definir o grau de insalubridade exposto, caso exista, e conseqüentemente o valor do adicional devido.

Providências a serem Implementadas :

Revisar os laudos de insalubridade a avaliar as condições das instalações físicas, a fim de definir o grau de insalubridade, de acordo com a Orientação Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Situação Atual:

As providências já foram implementadas.

Recomendação: 002

Manter cadastro com as movimentações de servidores constantemente atualizado, para subsidiar qualquer mudança no valor do adicional de insalubridade que se faça necessário.

Providências a serem Implementadas :

Atualizar, sistematicamente, a movimentação dos servidores.

Situação Atual:

As providências já foram implementadas.

Servidor recebendo adicional de insalubridade em duplicidade.

Recomendação: 001

Implementar as ações assumidas, conforme expedientes citados, de 08/05/09, e promover ações para o devido ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente.

Providências a serem Implementadas :

Realizar a exclusão do pagamento indevido e elaborar o levantamento dos valores recebidos indevidamente.

Situação Atual:

As providências já foram adotadas.

Recomendação: 002

Promover a implementação de mecanismos de controle e de monitoramento da folha de pagamento.

Providências a serem Implementadas :

O monitoramento realizado e os mecanismos de controle adotados estão de acordo com as diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Situação Atual:

As providências já foram adotadas.

Servidores receberam auxílio-alimentação acima do estabelecido.

Recomendação: 001

Implementar as ações assumidas, conforme expedientes citados, de 08/05/09, e promover ações para o devido ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente.

Providências a serem Implementadas :

Realizar o levantamento dos pagamentos efetuados, no caso de ter sido realizado pagamentos indevidos, a devolução dos valores será providenciada.

Situação Atual:

As providências já foram adotadas.

Recomendação: 002

Promover a implementação de mecanismos de controle e de monitoramento da folha de pagamento.

Providências a serem Implementadas :

O monitoramento realizado e os mecanismos de controle adotados estão de acordo com as diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Situação Atual:

As providências já foram adotadas.

Servidores recebendo indevidamente auxílio-transporte.

Recomendação: 001

Implementar as ações assumidas, conforme expedientes citados, de 08/05/09, e promover ações para o devido ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente.

Providências a serem Implementadas :

Efetuar o desconto do pagamento indevido do auxílio - transporte.

Situação Atual:

As providências já foram adotadas.

Recomendação: 002

Promover a implementação de mecanismos de controle e de monitoramento da folha de pagamento.

Providências a serem Implementadas :

O monitoramento realizado e os mecanismos de controle adotados estão de acordo com as diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Situação Atual:

As providências já foram adotadas.

8 Controles Da Gestão**8.1 Controles Internos****Auditoria de Processos de Contas****Recomendação: 001**

Obedecer ao prazo estipulado para o envio do processo de prestação de contas.

Providências a serem Implementadas :

Atentar para o prazo de entrega do processo de prestação de contas.

Situação Atual:

O processo de prestação de contas está sendo elaborado, com vistas a cumprir o prazo de envio para o órgão de controle.

Ausência de informação necessária para atender o item 5 do Relatório de Gestão.**Recomendação: 001**

Apresentar todas as informações determinadas nas decisões normativas do TCU quando da confecção do Relatório de Gestão.

Providências a serem Implementadas :

Cumprir as diretrizes estabelecidas pela decisão normativa do TCU para a elaboração do Relatório de Gestão.

Situação Atual:

As diretrizes estabelecidas pelo TCU estão sendo cumpridas na elaboração do Relatório de Gestão.

Ausência de informação necessária para atender o item 11 do Relatório de Gestão.

Recomendação: 001

Apresentar todas as informações determinadas nas decisões normativas do TCU, quando da confecção do Relatório de Gestão.

Providências a serem Implementadas :

Cumprir as diretrizes estabelecidas pela decisão normativa do TCU para a elaboração do Relatório de Gestão.

Situação Atual:

As diretrizes estabelecidas pelo TCU estão sendo cumpridas na elaboração do Relatório de Gestão.

Ausência de informação necessária para atender o item 16 do Relatório de Gestão.

Recomendação: 001

Apresentar todas as informações determinadas nas decisões normativas do TCU, quando da confecção do Relatório de Gestão.

Providências a serem Implementadas :

Cumprir as diretrizes estabelecidas pela decisão normativa do TCU para a elaboração do Relatório de Gestão.

Situação Atual:

As diretrizes estabelecidas pelo TCU estão sendo cumpridas na elaboração do Relatório de Gestão.

6. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados No Exercício

Atos	Quantidade	Registrados no SISAC Quantidade
Admissão	6	0
Desligamento	0	0
Aposentadoria	149	163
Pensão	65	73

FUNASA

MISSÃO

Realizar ações de saneamento ambiental em todos os municípios brasileiros e de atenção integral à saúde indígena, promovendo a saúde pública e a inclusão social, com excelência de gestão, em consonância com o SUS e com as metas de desenvolvimento do milênio.



Fundação
Nacional
de Saúde

Ministério
da Saúde